

JOSÉ HENRIQUE ALVES GONÇALVES

**O PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO BANCÁRIA NO BRASIL 1994-2002:
IMPLICAÇÕES QUANTO AO PADRÃO DE RENTABILIDADE E EFICIÊNCIA
DOS BANCOS**

Monografia apresentada como requisito parcial para conclusão do curso de Ciências Econômicas, do setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. José Luís da Costa Oreiro

CURITIBA

2004

TERMO DE APROVAÇÃO

JOSÉ HENRIQUE ALVES GONÇALVES

PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO BANCÁRIA NO BRASIL 1994-2002: IMPLICAÇÕES QUANTO AO PADRAO DE RENTABILIDADE E EFICIENCIA DOS BANCOS

Monografia apresentada como requisito parcial para conclusão do curso de Ciências Econômicas, do setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, pela comissão formada pelos professores:

Orientador:


Prof. Dr. José Luís da Costa Oreiro


Prof. Dr. Maurício Serra


Prof. Dr. Fábio Dória Scatolin

AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente à minha família, aos amigos que sempre foram o meu suporte nas diversas ocasiões que enfrentei durante o curso e me encorajaram nos momentos difíceis, e a todos aqueles que acreditam em minha capacidade ou contribuíram de alguma forma para a realização dessa monografia.

Agradeço especialmente ao meu professor e orientador José Luís da Costa Oreiro, pelo acompanhamento e revisão desta pesquisa, pela transmissão de seu vasto conhecimento e de ensinamentos fundamentais, sem os quais não seria possível concluir este trabalho, e também ao professor Luís Fernando de Paula por sua disposição e contribuição para com o presente trabalho.

Dedico esta monografia aos meus pais, Henrique e Maria da Conceição, e as minhas irmãs Maralize e Thamara, pelo tudo que representam e representaram em minha vida.

SUMÁRIO

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| LISTA DE TABELAS | i |
| LISTA DE TABELAS..... | ii |
| RESUMO..... | iii |
| INTRODUÇÃO | 01 |
| | |
| 1. Teorias de consolidação bancária e a experiência internacional..... | 03 |
| 1.1 Tipologias do sistema financeiro..... | 03 |
| 1.1.1 Sistemas baseados no crédito e sistemas baseados no mercado de capitais..... | 04 |
| 1.1.2 Sistemas financeiros Segmentados..... | 04 |
| 1.1.3 Bancos Universais..... | 05 |
| 1.2 A hipótese da Repressão financeira de Shaw-Mckinnon..... | 06 |
| 1.3 Consolidação bancária: Causas e tipologias..... | 11 |
| 1.4 Experiência Internacional..... | 17 |
| 2. A Consolidação bancária no Brasil (1994 – 2002)..... | 28 |
| 2.1 O Proer..... | 31 |
| 2.2 O Proes..... | 33 |
| 2.3 A Internacionalização do sistema financeiro..... | 36 |
| 2.4 Acordo da Basileia..... | 40 |
| 2.5 Avanços Tecnológicos..... | 42 |
| 3. Impactos da consolidação bancária..... | 43 |
| 3.1 Grau de concentração bancária e dimensionamento do setor bancário..... | 44 |
| 3.2 Indicadores de eficiência e padrões de rentabilidade..... | 52 |
| 3.2.1 Indicadores de eficiência e lucratividade dos bancos..... | 54 |
| 3.3 Emprego e margem de intermediação financeira | 59 |
| | |
| 4. Conclusão..... | 61 |
| | |
| 5. Referências Bibliográficas..... | 64 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| TABELA 1.1 - Mudanças na Regulamentação da Atividade Bancária nos EUA durante os Anos 80 e 90..... | 19 |
| TABELA 1.2 Indicadores de desempenho dos bancos comerciais em países selecionados 1980 – 1994 | 21 |
| TABELA 1.3 Reestruturação Bancária: Emprego e custos de mão de obra 1980 – 1997..... | 22 |
| TABELA 1.4 Reestruturação bancária: Número de instituições e grau de concentração..... | 23 |
| TABELA 1.5 Mudanças na regulamentação da atividade bancária na União Européia durante os anos 80 e 90..... | 25 |
| TABELA 1.6 Fusões e aquisições na indústria financeira na Zona do Euro 1998 – 2000 .. | 26 |
| TABELA 2.1 Receita inflacionária como % do PIB e do valor da produção imputada..... | 29 |
| TABELA 2.2 Fusões e Aquisições no âmbito do Proer..... | 31 |
| TABELA 2.3 F&As com incentivos do Proer..... | 31 |
| TABELA 2.4 Número de Instituições financeiras estaduais..... | 35 |
| TABELA 2.5 F&As no âmbito do Proes pós julho de 1998..... | 35 |
| TABELA 2.6 F&As no Brasil realizadas por Bancos privados nacionais..... | 39 |
| TABELA 2.7 Bancos com participação estrangeira no Brasil..... | 40 |
| TABELA 2.8 Índice da Basileia..... | 41 |
| TABELA 2.9 Medidas adotadas no tocante a Regulação prudencial do sistema financeiro nacional (1994-2002)..... | 42 |
| TABELA 3.1.1 Número de bancos no Brasil..... | 45 |
| TABELA 3.1.2 A concentração em termos dos ativos 1994-2003..... | 45 |
| TABELA 3.1.3 Taxas de concentração do crédito 1994-2003..... | 46 |
| TABELA 3.1.4 Taxa de concentração dos depósitos 1994 – 2003..... | 46 |
| TABELA 3.1.5 Taxas de concentração do patrimônio líquido 1994-2003..... | 46 |
| TABELA 3.1.6 Participação percentual das instituições nos depósitos da área bancária..... | 47 |
| TABELA 3.1.7 Participação percentual das instituições nos ativos da área bancária..... | 48 |
| TABELA 3.1.8 Participação percentual das instituições no patrimônio líquido da área | |

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| bancária..... | 48 |
| TABELA 3.1.9 Os doze maiores conglomerados bancários no Brasil..... | 50 |
| TABELA 3.1.10 Índice de concentração bancária segundo ativos totais..... | 51 |
| TABELA 3.2.1 Alteração da participação no mercado de crédito por tipo de instituição entre 1994 – 2000 | 53 |
| TABELA 3.2.2 Participação de títulos e haveres mobiliários nos ativos operacionais..... | 54 |
| TABELA 3.2.3 Participação das operações de crédito nos ativos operacionais..... | 54 |
| TABELA 3.2.4 Evolução dos índices de rentabilidade patrimonial por estratos..... | 55 |
| TABELA 3.2.5 Lucratividade dos bancos: Lucro líquido/patrimônio (ROE) | 56 |
| TABELA 3.2.6 Lucratividade dos bancos: Lucro líquido/ativos totais (ROA)..... | 57 |
| TABELA 3.3.1 Margem de intermediação financeira..... | 59 |
| TABELA 3.3.2 Emprego estimado no setor financeiro..... | 60 |

RESUMO

A presente monografia contém uma análise do processo de consolidação bancária em um contexto internacional, onde mais notadamente se trata dos Estados Unidos e União Européia, e num contexto mais específico a consolidação bancária no Brasil apresentando suas causas determinantes, especificidades, e impactos que se fazem sentir derivado desta consolidação dentro do período de 1994 a 2002. A consolidação bancária no Brasil teve seu maior desdobramento vide a implementação do Plano Real e as crises bancárias da década de 90 proporcionada por um novo enfoque quanto as receitas dos bancos antes compostas em sua maioria por receitas inflacionárias, receitas estas praticamente extintas com a adoção do Plano, transformando o quadro dos bancos, trazendo a estes problemas de liquidez e solvência que caracterizam o período subsequente no tocante ao ajuste patrimonial destes e reordenamento de suas atividades, e assim ao longo do período, verificando-se outros desdobramentos. Para tanto retoma a evolução dos índices de lucratividade dos bancos, rentabilidade patrimonial, grau de concentração do setor, atual dimensão do setor bancário no Brasil (market share) como forma de avaliar até que ponto estas especificidades inerentes ao caso brasileiro atingiram o padrão de eficiência e rentabilidade dos bancos no período.

Introdução

A Consolidação bancária entendida como um fenômeno que se manifestou a nível mundial ao longo das últimas décadas, devido às mais variadas razões dentre as quais se identifica com maior clareza como primordial o advento da liberalização financeira.

Este, incorporado às idéias dos trabalhos de Shaw e Mckinnon durante a década de 70, traduziu-se em mazelas ao setor bancário em vários países diante agora de um sistema financeiro onde estes detinham privilégios sobre a captação de depósitos e concessão de empréstimos, e que com o aumento da competição através do surgimento de instituições concorrentes com novas e melhores oportunidades de negócios se reduziram bastante implicando em menores margens de lucro e geração de receitas por parte dos bancos junto ao público que, em grande parte, retira dos bancos parte de seus recursos e o direcionam a este mercado de capitais que se ascende com a liberalização financeira.

A inflação em seu ápice contribui para tal direcionamento dos recursos, onde os bancos não pagavam juros sobre os depósitos, ao passo que, no mercado de capitais a este se atribuía juros e, por último, a pesada regulação incidente sobre os bancos quanto a solidez e liquidez que não tão pesada ao mercado de capitais constituem portanto um empecilho aos ganhos dos bancos que, a partir de então passam a ter de explorar novas fontes de funding e até mesmo criá-las.

A experiência internacional tanto ao nível dos Estados Unidos como ao nível de União Européia incorpora tal encaminhamento, porém a cada um destes segmentos onde se processa o fenômeno da consolidação bancária se admite especificidades inerentes aos mesmos.

O caso brasileiro, tal como em outros países emergentes (latinos americanos e do sudeste asiático), também apresenta especificidades quanto ao processo de consolidação bancária tendo este se incorporado ao fenômeno da consolidação bancária mais notadamente através de uma crise de liquidez e solvência de bancos nacionais tidos como grandes ao nível do varejo (Nacional e Econômico) em 1995 o que propiciara tal desenvolvimento do fenômeno e também pelo fato da implementação do Plano Real, o qual trouxe uma nova realidade econômica ao país com a redução expressiva da inflação e portanto de parte das receitas dos bancos diante de um contexto anterior de inflação alta, o que tal como em outros países repercutiu aos bancos como necessidade de melhor inserção

quanto a suas receitas diante deste novo quadro que agora se apresentava com inflação em patamares bem inferiores aos registrados antes do Plano Real.

O objetivo a que tal trabalho se destina é quanto à verificação do fenômeno, chamado consolidação bancária, ao nível internacional, notadamente as experiências norte americana e dos países da zona do euro e ao nível brasileiro mais especificamente denotando o envolvimento histórico do país diante do fenômeno no respectivo período de 1994 a 2002 e trazendo consigo uma análise de indicadores quanto ao padrão de rentabilidade, lucratividade e eficiência do setor bancário brasileiro haja vista tal enquadramento.

Para tanto a monografia está dividida em três capítulos, além desta introdução. No primeiro capítulo, este dividido em 4 partes, apresenta-se num primeiro momento características gerais sobre as formas de organização de um sistema financeiro no contexto mundial (sistemas financeiros segmentados e bancos universais). Num segundo momento apresenta-se o modelo Shaw-Mckinnon como um dos fatores que levaram ao encaminhamento definitivo do fenômeno a nível mundial, tendo como pioneiros em tal processo os Estados Unidos e a União Européia vide sistemas financeiros mais eficientes que nestes operavam. A terceira parte enfatiza as características, definições e tipologias acerca da consolidação bancária bem como suas causas e conseqüências em geral. Por último, temos a quarta seção do capítulo que retrata a experiência internacional (Estados Unidos e União Européia) acerca do fenômeno da consolidação bancária e seus encaminhamentos e determinantes (especificidades).

No segundo capítulo se discute o processo de consolidação bancária no Brasil com suas causas maiores e desdobramentos tão logo este se vê impulsionado no Brasil pela implementação do Plano Real e um contexto de crises bancária e cambial em 1995.

No terceiro capítulo se discute os direcionamentos e vertentes a que o setor bancário se sujeita ao longo dos anos em que se sucede ao Plano Real tal como uma análise do grau de concentração bancária, dimensionamento do setor, índice de rentabilidade patrimonial, lucratividade dos bancos, entre outros montando o quadro que, ainda que em contínuo andamento, denota o setor bancário brasileiro dentro do período 1994 – 2002.

1. Teorias de consolidação bancária e a experiência internacional

1.1 Tipologia dos sistemas financeiros

Com o propósito de enquadrar melhor o leitor acerca do tema a ser tratado neste capítulo, é de grande valia que identifiquemos as principais formas de organização às quais estão submetidos os sistemas financeiros que se encontram nas principais economias do mundo.

O sistema financeiro de uma nação é compreendido por suas várias instituições financeiras e auxiliares que dele participam juntamente com suas regras para atuação e participação (um exemplo de regra seria definir o modo como se definiriam a inter-relação entre as instituições que o compõe), assim como suas regras prudenciais que visam torná-lo confiável e seguro para os que dele (poupadores e investidores) usufruem. Tais regras prudenciais seriam feitas pelos, oficialmente nomeados pelo sistema financeiro, órgãos de supervisão e controle do mesmo.

No caso brasileiro o Conselho Monetário Nacional (CMN), principal órgão normativo, juntamente com o Banco Central (BACEN), principal órgão executivo definem tais regulações auxiliados por instituições que lhes dão apoio.

O sistema financeiro tem, em sua essência, a função de intermediar da melhor maneira possível a relação entre os agentes que nele operam.

Com a definição e a função citadas de forma abstrata partimos agora para as possíveis formas de organização de um sistema financeiro. Seriam elas:

- Sistemas baseados no crédito e sistemas baseados no mercado de capitais
- Sistemas financeiros segmentados
- Bancos universais

1.1.1 Sistemas baseados no crédito e sistemas baseados no mercado de capitais

Reconhecendo desde já que, não só no caso específico do sistema financeiro como em vários outros segmentos, tudo é baseado adequando-se ao perfil de sociedade a qual tal segmento estará em contato juntamente com suas especificidades e preferências, temos que os sistemas baseados no crédito seriam caracterizados por possuírem formas de contrato onde notadamente identifica-se de forma clara as partes envolvidas e dentro do qual se podem obter negociações e cláusulas diferenciadas entre as partes para cada espécie de contrato a ser feito.

Seria um sistema que caracterizaria melhor a individualidade em seus contratos, onde por base de negociações se adequaria, da melhor maneira possível, um acordo entre as partes.

Já quanto aos sistemas baseados no mercado de capitais estes seriam caracterizados por contratos anônimos através da colocação de papéis junto aos mercados monetário e de capitais. Caracterizaria-se por um certo grau de informalidade envolvendo os agentes nele envolvidos não os caracterizando diretamente e individualmente.

1.1.2 Sistemas Financeiros Segmentados

Sistemas financeiros segmentados seriam aqueles adotados por países que preconizam que suas instituições financeiras participantes devem ter regras específicas e claras, tirando das mesmas a possibilidade de atuar em múltiplos propósitos. A personalidade jurídica de uma determinada instituição seria distinta e bem definida em relação às outras.

Seria uma forma onde, teoricamente, estaria de certa forma atribuindo uma disciplina maior a cada instituição participante, mas veremos adiante que, em tal propósito, se verifica na verdade uma pura questão de valores e atribuições históricas e culturais que levaram tais nações a se definirem por um tipo de organização específico de sistema financeiro.

Como exemplo notório desse sistema temos os Estados Unidos¹ que, aos poucos, vem cedendo cada vez mais na direção de liberdade de atuação de suas instituições financeiras, numa clara adaptação ao mundo real haja vista a interação cada vez maior entre os países e seus sistemas financeiros próprios ao longo do tempo.

Aos fatores de conjuntura e também aos demais fatores que, após o advento da globalização financeira, se fizeram sentir mais fortemente em todos os sistemas financeiros ao redor do mundo fruto das inovações financeiras e tecnológicas (processos de securitização, as novas formas de competição, a busca incessante pela maior eficiência, o crescimento dos investidores institucionais, o crescente mercado de derivativos, dentre outros) se atribuem as causas para este contínuo rearranjo, visto ao longo dos últimos anos, no sistema financeiro norte americano.

Mas tudo isso claro com muito debate em torno dos pensadores sobre tal tema dentro da economia norte-americana, em prol do que eles consideram o melhor para a sociedade.

Os sistemas financeiros verificam-se atualmente que estão cada vez mais fugindo de uma esfera de intermediação para o que vem a se chamar de desintermediação financeira. Isso seria verificado pela rápida expansão do mercado de títulos nas principais economias.

Em suma temos que, em sistemas segmentados, as regulações incidem em separar instituições financeiras e seus objetivos específicos.

1.1.3 Bancos Universais

Bancos universais seriam também uma forma de organização dentro de um sistema financeiro, porém com uma diferenciação clara em relação aos sistemas segmentados no sentido de que estes oferecem sim, às instituições, liberdade para atuar em diversos segmentos no tocante a captação e ao manuseio de tais recursos captados, ou seja, não se especifica uma função e não se tem uma personalidade jurídica bem específica para cada instituição inserida em tal sistema.

¹ Os Estados Unidos priorizaram tal modelo vide a crise de 1929 e seu duro impacto frente ao sistema financeiro, crise esta causada principalmente pela especulação de agentes. E também mediante o objetivo de se evitar crises de contágio caso algum segmento do sistema financeiro viesse a apresentar dificuldades advindas de um possível choque.

Porém o aparato regulatório incide de uma maneira a relacionar de forma certa e específica as funções exercidas por tais instituições, capaz de garantir uma combinação em termos de recursos captados e aplicações compatíveis destas instituições que, aos olhos de quem do sistema financeiro se utiliza, possibilita um certo grau de confiança e segurança necessário não somente nesse, mas em qualquer forma possível de organização do sistema financeiro.

Dai a relevância já citada do profundo conhecimento da sociedade e suas preferências a que se insere tal sistema, suas atribuições históricas e culturais e o intenso debate em prol da sociedade como um todo a que o sistema financeiro tem como público alvo.

1.2 A hipótese da Repressão financeira de Shaw e Mckinnon

A partir da década de 1970, inaugura-se um processo de liberalização financeira, a nível mundial, vide alguns fatores conjunturais que se impuseram nesta década a diversos países (inflação elevada, movimentos livres de capital, taxas de juros voláteis e taxas de câmbio flutuantes, etc) e que, como consequência mudou o enfoque de atuação de seus respectivos mercados financeiros, agora voláteis, onde as instituições que o compunham teriam que se empenhar na busca de adaptar a tal conjuntura.

Isto porque com a liberalização financeira inicia-se um processo de desintermediação financeira caracterizado pela maior abrangência que se origina no âmbito financeiro com novas instituições surgindo e desta forma, impactando de maneira a criar um certo incômodo às instituições que até então operavam neste espectro de atividade financeira, tornando-a mais concorrida.

A este encaminhamento desenhado pela desintermediação financeira que se segue à liberalização financeira, onde aquela traz consigo uma maior concorrência dentro do setor financeiro (mercado de capitais se transformam perdendo um pouco de sua ociosidade em alguns países e passam agora a se transformar e possibilitar novas oportunidades de negócios), verifica-se que no setor bancário este alterou, de uma maneira significativa, sua forma de atuação, haja vista que a estas instituições financeiras não-bancárias, num

primeiro momento, não se incidiam pesadas regulações sobre sua atividade tal como já o era imposto ao setor bancário.

O resultado disto é que ao setor bancário se impõe neste momento uma perda significativa de receita, visto que se criaram fontes concorrentes capazes de desestabilizar um segmento importante do setor bancário no tocante ao seu funcionamento e a sua linha de atuação: a captação de depósitos e a concessão de empréstimos.

Aparecem portanto em novas instituições financeiras, concorrentes aos bancos, os chamados fundos do mercado monetário que a estes se remuneram juros o que viria a contrastar com os depósitos à vista oferecidos pelo setor bancário, os quais não se pagavam juros (regulação Q nos Estados Unidos) alterando de forma significativa a linha de atuação do setor bancário vigente até então no tocante a captação dos mesmos junto ao público.

Isso só foi possível também, haja vista o auge da inflação² onde as perdas reais sobre os depósitos à vista fizeram com que se reordenasse a estes um segmento restrito a necessidades imediatas.

Em suma, de um lado, o quadro que se apresenta aos bancos neste momento registra uma pressão para baixo de suas margens de lucro, haja vista que em seu segmento de atuação este perdera espaço para instituições concorrentes e, de outro, apresenta-se um mercado de capitais em expansão com novas linhas e oportunidades de negócios, tornando se imperioso aos bancos um reordenamento de suas atividades com vistas a se estabelecer diante de tais quadros apresentados.

A década de 1980 e 1990 se mostrou portanto no tocante à política financeira em diversos países promissora no tocante as inovações dentro deste âmbito financeiro onde este apresentara uma concorrência acirrada o que, em uma economia capitalista, induz a contínuas inovações.

Dentro do escopo teórico temos que diante de tal modelo de liberalização financeira elaborado nos anos 70, o qual compunha as idéias propostas pelos trabalhos de Shaw e

² Durante a década de 70, notadamente os choques do petróleo, se fizeram sentir nas principais economias do mundo e fizeram com que estas sofressem pressões inflacionárias através da adoção de políticas monetárias expansionistas, que após um certo momento se mostraram insustentáveis quanto a manutenção do modelo de câmbio fixo. A reação a isto se deu com um novo enfoque de política econômica agora visando conter a inflação e para tanto se adotando políticas monetárias restritivas e aumentos necessários a taxas de juros como forma de conter-la.

McKinnon, criou-se um novo enfoque destinado aos mercados financeiros por parte dos diversos países³ que o adotaram.

Ambos acabaram por fundar uma nova ótica no tocante a política financeira, a qual se contrasta com a até então ótica dominante que era a da “repressão financeira” (criticada por eles).

Esta política de repressão financeira era pautada mediante a intervenção do Estado. Existiam inúmeras regulações e formas de controle do mercado financeiro, a nível macroeconômico, e à tal política financeira se incorpora o fato de esta encarar a inflação de uma maneira mais branda sem maiores controles a mesma, o que faziam com que a estrutura dos juros reais praticados em tais economias se encontrassem em patamares indesejados com vistas ao desenvolvimento econômico visto por Shaw e McKinnon.

Outro fator considerado por estes como agravante desta política de repressão financeira diz respeito à constituição de um déficit público cada vez maior financiado via emissão de moeda, o que demonstrava um mercado financeiro problemático. Isso é melhor representado nos países em desenvolvimento do que nos países desenvolvidos.

“A crítica que Shaw e McKinnon propuseram ao analisarem tal política mencionada acima foi que, baseado em duas relações: uma entre taxa de poupança e taxa de crescimento da economia e outra entre as taxas de juros reais e a taxa de poupança, com manutenção dos juros reais negativos se constituía um fator que inibia a poupança, bem como sua alocação junto aos ativos financeiros e em consequência disso, prejudicava-se também o financiamento no tocante ao investimento” (Hermann, 2002).

“A liberalização financeira entendida como a eliminação dos controles frente aos juros nominais e câmbio, bem como outras barreiras à constituição de uma determinada carteira de ativos tanto por poupadores quanto por instituições que compõem o mercado financeiro era a alternativa que eles propunham com vistas a se obterem melhores taxas de poupança e, por conseguinte também melhores taxas de investimento e crescimento econômico” (Hermann, 2002).

O modelo de Shaw e McKinnon obteve uma certa notoriedade, tanto no meio acadêmico quanto em gestores de política econômica e fora aplicado por diversos países ao

³ Países como Estados Unidos, Espanha, Japão, Argentina, México, Coreia do Sul, Tailândia entre outros se destacam como países que adotaram tal modelo e a estes como consequência se originaram crises bancárias e em alguns casos crises bancárias e cambiais (crises de liberalização).

longo dos anos em que estivera em foco, o que constituiu a chamada desregulamentação financeira dos anos 70, a qual trouxe consigo severas conseqüências para o sistema bancário.

Tais conseqüências as quais o sistema bancário passou a se defrontar foram que, com o modelo de liberalização financeira e a tentativa de se eliminar o teto para as taxas de juros reais e nominais como meio de se aumentarem a poupança doméstica e assim propiciar o crescimento econômico, os bancos passaram num primeiro momento por dificuldades no tocante aos seus rendimentos frente à concorrência que se impôs a estes e a dificuldade de se portar diante de tal concorrência vide as pesadas regulações que aos bancos incidiam.

Após tal turbulência inicial o que se impusera aos bancos fora uma queda de suas margens de lucro, o que para tanto repercutira ao setor como força indutora para reordenamento de suas atividades com vistas a se enquadrar melhor em tal política de liberalização financeira.

Em contrapartida a um mercado de capitais em expansão e suas atividades restringidas a uma regulação pesada, bancos adentraram neste mercado de capitais com vistas a obterem melhores oportunidades de investimentos a taxas de juros mais atrativas ficando portanto mais apto a correr riscos em busca de um melhor retorno.

Isso gerou os vários riscos de mercado (risco de liquidez, risco da taxa de juros, risco de mercado, risco de crédito) associado a tais práticas feitas pelos bancos⁴ à medida que se desenvolveu um mercado de capitais e secundário mais sólido.

Isso sem mencionar o endividamento externo, visto a discrepância entre os juros internos e externos o que provoca a atração de capitais de curto prazo meramente especulativos nocivos ao sistema bancário, não se cobrindo tão somente as necessidades reais da economia.

⁴ Bancos adotaram uma postura agressiva frente à perda de receitas e queda de suas margens de lucro por parte de suas atividades ficando mais propensos ao risco. Para tanto um novo enfoque quanto à administração dos riscos fora incorporado às políticas dos bancos e das autoridades monetárias que os supervisionam onde até então adotaram políticas de acomodação que propiciaram aos bancos tal comportamento e que agora se vêem ao longo dos últimos anos tentando motivá-los através de medidas provisórias e leis (receitas tarifárias e comissões concedidas) a conterem tais riscos assumidos em prol de um sistema mais sólido e confiável e aprimorando-se por conseguinte o aparato regulatório prudencial incidente sobre estes, haja vista a nova conjuntura apresentada, com mercados financeiros inovando continuamente seus ativos num objetivo claro de se evitarem crises futuras em tal segmento.

Ou seja, apresentam-se estes quadros que geram por parte do público uma insegurança quanto ao encaminhamento do sistema bancário no tocante a salvaguardar seus depósitos e comprometem também a taxa de câmbio⁵ dificultando a ação da política monetária.

Demonstra-se, portanto a instabilidade do sistema bancário como um todo derivada de um ambiente macroeconômico instável e também reflete uma precária estrutura de supervisão do mesmo a qual vem sendo mais bem elaborada a fim de se evitar crises como as já vistas do México e sudeste asiático.

E fora através de tais cenários observados, durante a experiência de alguns países ao adotarem tal modelo que aconteceram as chamadas crises bancárias e cambiais dado o precário mercado financeiro dos mesmos (controle prudencial dos riscos originados e estrutura de supervisão), crises estas que fizeram com que gestores de política econômica revisassem o modelo a fim de aprimorá-lo.

Fora visto, portanto que determinado grau de intervenção do Estado era necessário e que, em determinadas circunstâncias até medidas do modelo de repressão eram vistas como interessantes e eficazes.

Foram portanto as crises bancárias e cambiais vividas por tais países que fizeram com que alguns governos retornassem com alguns controles, agora com vistas a uma estabilização monetária e cambial, que aos "olhos" do mercado era tida como indispensável à luz do novo modelo de liberalização financeira que vigoraria ao longo dos anos 90.

Este novo modelo de liberalização financeira se desprende das idéias de Shaw e McKinnon em dois aspectos: um referente às medidas de ajustamento macroeconômico, tais como as de saneamento, reestruturação, controle e supervisão do mercado bancário agora inclusas e outro se refere ao ordenamento das reformas, visto como sendo eficaz quando feito de maneira gradual, o que viria a ampliar a eficiência de tais reformas e evitar possíveis crises.

⁵ Crises bancárias e cambiais foram verificadas em sua maioria em países em desenvolvimento, haja vista a necessidade por parte destes de capitais externos para enquadramento de suas políticas econômicas

1.3 Consolidação Bancária: causas e tipologias

Através do enquadramento histórico a que se sujeitam os bancos frente ao processo de liberalização financeira e seus encaminhamentos que se fizeram sentir a estes foi que se vigora o fenômeno mais conhecido como consolidação bancária tida como “um fenômeno que se manifesta a nível mundial, incorporado ao movimento de fusões e aquisições, onde instituições financeiras (bancárias ou não bancárias) promovem fusões ou, até mesmo, alianças estratégicas no intuito de se adquirir maior eficiência e também se auferir ganhos de economias de escala, escopo ou de rendas” (PAULA, 2002).

O fenômeno mundial da consolidação bancária tem implicações que afetam todos os sistemas financeiros capitalistas, sendo que o sistema financeiro tem sido o mercado mais globalizado do mundo devido a um conjunto de fatores que incluem o processo de desregulamentação financeira, o declínio relativo dos bancos comerciais enquanto intermediários financeiros e os avanços tecnológicos na área de informática e telecomunicações (PAULA, 2002,p.4).

Como foi observada em alguns trabalhos (IMF, 2000, p.142) a consolidação bancária aumenta o tamanho médio das instituições e permite que elas explorem economias de escala, de escopo, e ainda, as chamadas economias de consumo ou de rendas.

No âmbito da indústria bancária os conceitos de tais economias seriam:

- Economias de escala existem quando o custo médio é decrescente à medida que o produto se expande.
- Economias de escopo existem quando o custo médio é decrescente à medida que se expande por parte da instituição a quantidade de produtos e serviços oferecidos, ou seja, o custo decresce à medida que se passa a oferecer mais produtos pela instituição inibindo de certa forma a especialização como geradora de ganhos.
- Por último temos as economias de consumo ou de rendas que resultam do fato de seus clientes preferirem adquirir produtos e serviços variados mediante as vantagens de tal ação junto a uma mesma instituição. Derivam das economias de escala ou de escopo.

À consolidação bancária, vimos que esta admite diversos tipos, todos estes aplicados a um determinado contexto e a uma conjuntura específica.

São elas as consolidações dirigidas pelo mercado, consolidação como resposta a estruturas bancárias frágeis ou ineficientes e consolidação dirigida pelo governo que serão mencionadas a posteriori.

Para tanto, antes de se entrar em tal mérito da questão, temos que abordar a título de melhor enquadramento o que o Banco Central Europeu (BCE, 2000, p. 10-16) define como as quatro modalidades de F&As.

Seriam elas as F&As bancárias domésticas; F&As bancárias internacionais; conglomerações domésticas; conglomerações internacionais.

No tocante ao primeiro tipo de F&As temos que estas, envolvendo instituições bancárias do mesmo país, sendo elas de médio e pequeno porte, visam a busca por economias de escala. Quando realizada entre instituições maiores, além de se tentar tal objetivo de busca de economias de escalas também se verifica uma tentativa de reposicionamento no mercado, atuando no sentido de aumentar o poder de mercado (“market share”). No tocante aos custos é o tipo de F&As que mais está propício a racionalizações o que acabaria por fim possibilitando, possíveis ganhos de escala (sua principal motivação).

No tocante a segunda se verifica o mesmo do que na primeira, porém entre instituições bancárias de países diferentes. Uma peculiaridade de tal tipo de F&As é que estas quando realizadas entre instituições maiores, em nível de tamanho, passam a incorporar estratégias globais e não nacionais através da busca de novos mercados onde possam auferir lucros ou, até mesmo, poder servir clientes no exterior.

Quanto a conglomerados financeiros domésticos são operações realizadas por empresas bancárias e não-bancárias de um mesmo país abrangendo diferentes setores da indústria financeira. A motivação para tal estratégia é o objetivo de se buscar economias de escopo e com isso, diversificação do risco e rendimento. Por último também relacionada a estes, temos a possibilidade da obtenção das chamadas economias de rendas já mencionadas anteriormente. Isto tudo, sem mencionar a possibilidade de possíveis racionalizações dentro das funções administrativas, que podem trazer consigo possíveis ganhos de escala relacionados aos custos.

Quanto a conglomerados financeiros internacionais são operações realizadas por instituições de diferentes países. Seguem-se a estes as mesmas motivações apresentadas

acima no tocante aos conglomerados domésticos. Uma peculiaridade notória acerca deste conglomerados internacionais reside no fato da dificuldade de possíveis racionalizações como, por exemplo, uma desejada redução dos custos haja vista que tais instituições envolvidas, sendo estas de países diferentes, obedecem a diferentes regulamentações o que implica em inoperância de certas medidas no tocante a contenção de custos em um determinado país onde este conglomerado se situe e que, em outro país talvez tal medida seja até possível.

A consolidação bancária apresenta diversas causas que, incorporado ao movimento de F&As por parte dos bancos, se resumem em uma necessidade de se obter maior solidez e segurança ao sistema como um todo se livrando das chamadas “instituições problemas”, adquirindo-se certas condições maiores de solvência e garantias aos seus clientes.

Existe atualmente uma necessidade de se criar novas possibilidades de se auferirem ganhos por parte destes bancos, sejam eles de economias de escala e de escopo ou como derivação destes, ganhos com economias de consumo ou de rendas em contrapartida a ganhos antes compostos em receitas advindas de juros e receitas inflacionárias abolidas ou diminuídas pela atual conjuntura econômica a nível mundial.

Por fim, essa necessidade de se buscarem novos ganhos com vistas a tais objetivos por parte dos bancos (economias de escala, economias de escopo e economias de consumo e rendas) através de fusões e aquisições, objetivaria a estabelecer uma relação entre o sistema bancário e sua clientela em um patamar tido como satisfatório para ambas as partes beneficiando a todos e aumentando sua eficiência.

“Portanto dentre as características e condicionantes a que se defronta tal mercado bancário à luz da consolidação bancária, uma se destaca no que diz respeito à queda das margens líquidas de lucro em consequência de um maior nível de competitividade para o setor e à sua desregulamentação” (HAWKINS e MIHALJEK, 2001).

Um dos motivos para a pressão para baixo das margens foi a desregulamentação interna dos mercados e a maior competitividade externa. Nas economias emergentes, aconteceu uma adequação das atividades bancárias a nova realidade de competição externa e de desregulamentação do setor, que ocorreu simultaneamente. Estes fatores reduziram de forma dramática as fontes de recursos subsidiados, pressionando os lucros para baixo. (HAWKINS e MIHALJEK 2001, p.3).

Devido à queda nas margens de lucro gerou-se a necessidade do aumento das receitas não advindas dos juros a fim de se compensar as perdas na intermediação

financeira, levando a uma diversificação das rendas e das atividades exercidas pelos bancos.

Verificam-se, portanto uma tendência à universalização das instituições financeiras e a busca por economias de escopo onde estas passariam a oferecer produtos financeiros e serviços reunindo funções bancárias, financeiras e não-financeiras.

O que se pretende com esta universalização é aproveitar as economias de escopo que geram benefícios derivados da redistribuição dos custos fixos no oferecimento de serviços diversificados ou reutilização das informações obtidas do relacionamento bancário; e a redução do risco do banco através da diversificação das atividades e conseqüente queda dos custos de administração do risco (IMF, 2001, p.148).

Excetuam-se a esta tendência os Estados Unidos e o Japão, países os quais adotam o modelo de segmentação no âmbito do mercado bancário e não o modelo de universalização dos bancos.

Isso sem dizer na clara tendência de queda no emprego derivada em parte da necessidade de redução dos custos e em parte devida ao aprimoramento tecnológico, visando ao aumento da produtividade, auferido por tal setor.

Uma classificação muito utilizada para diferenciar os tipos de consolidação é a das modalidades de consolidação (GROUP OF TEN, 2001, p. 31-32) onde basicamente existem duas maneiras de duas instituições se combinarem: através de F&As e através de alianças estratégicas.

A primeira modalidade refere-se a transações envolvendo duas firmas independentes que se tornam objetos de controle comum. No âmbito da fusão umas das empresas relacionadas perde a identidade e passa a ter somente uma única empresa. Já a aquisição é quando uma empresa compra o controle acionário de outra sem que haja a unificação dos balanços, ou seja, a estrutura corporativa de cada uma é mantida. Portanto basicamente a fusão se diferencia da aquisição no que diz respeito à parte administrativa e de controle por parte de tais empresas envolvidas.

A segunda modalidade envolvendo alianças estratégicas é a que possibilita as empresas trabalharem juntas sem que nenhuma delas perca o controle de suas atividades e operações. Porém no tocante a colaboração para futuras fusões estas apresentam menor colaboração do que junto à modalidade das aquisições.

Como já fora mencionado anteriormente segue-se uma “outra forma adicional de se classificar a consolidação bancária que é a da identificação do padrão e causa da consolidação” (HAWKINS e MIHALJEK, 2001, p. 17-22).

Dentro desta temos as consolidações dirigidas pelo mercado que ocorreram após a desregulamentação dos mercados nacionais, fruto da abertura a competição tanto a nível interno quanto externo, dos avanços tecnológicos e das menores margens líquidas de lucro ambas derivadas da maior competitividade verificada no setor. Busca-se a redução dos custos de operação e obtenção de ganhos de escala, de escopo e de rendas.

É típica de economias maduras haja vista que a desregulamentação e abertura a competição geraram nestes países mercados mais contestáveis e estas economias já detinham um alicerce estrutural neste setor que possibilitaria tal tipo de consolidação (melhores tecnologias), e também pelo fato de que, em tais países, verificara-se um menor número de instituições “problemas”.

As consolidações como resposta a estruturas frágeis e ineficientes é uma especificidade da América Latina. Enquadra-se diante das crises bancárias sobre o sistema financeiro na mesma em 1995 onde se apontou a relativa ineficiência do setor e a presença de estruturas com bases frágeis não capazes de suportar crises nestes países. A ineficiência do setor era demonstrada pela baixa competitividade destes mercados a nível externo e do relativo atraso com relação ao acesso a determinadas tecnologias, tanto em nível de comunicação quanto ao nível de melhoria dos produtos.

As consolidações dirigidas pelo governo aconteceram basicamente na Ásia. Trata-se da intervenção direta das autoridades a fim de se promoverem incentivos para o setor favorecendo a linha de atuação do segmento das F&As e da criação de facilidades de acesso ao mercado por parte dos bancos estrangeiros. Foi motivada a fim de se fortalecer o setor afetado pela crise de 1997-1998 e da adequação de capital dos bancos.

Agora com a cada vez maior dinamização da competitividade através da desregulamentação, privatização e entrada de bancos estrangeiros e um ciclo cada vez menor com que se dá o progresso tecnológico, as consolidações dirigidas pelo mercado têm sido o que se processa mais frequentemente aos países em geral, sendo as outras duas já mencionadas retratando um determinado grupo de países, atuando mais de forma introdutória como sendo uma espécie de adaptação.

O que acontece no tocante as causas da consolidação são resumidas pelas crises bancárias da década de 1990, juntamente com o avanço tecnológico nos setores de informação e telecomunicações, o que para o setor bancário representou um grande avanço na intermediação bancária.

Estas transformações a que se sujeitou a indústria bancária ao longo do tempo geraram vantagens econômicas principalmente através de (GROUP OF TEN, 2001, p. 71-72):

- Melhor capacidade de distribuição de produtos e serviços como resultado da queda nos custos relativos aos equipamentos de telecomunicações e computação e a maior velocidade destes, trazendo a possibilidade de atendimento a áreas e segmentos de clientes cada vez maiores.
- Mediante a criação destes novos produtos e serviços financeiros e maior acesso por parte dos clientes a operações tidas como globais, minimizando os riscos operacionais de tal operação.
- Aumento da possibilidade de ganhos de escala através de sistemas de computação integrados e mais eficazes que possibilitam a contabilização das transações efetuadas.
- Produtos antes não oferecidos por determinadas categorias que agora passaram a ser. Um exemplo seria os bancos agindo oferecendo serviços antes restritos a firmas seguradoras e instituições não bancárias começarem a se desfrutar de atividades bancárias.
- Trabalhando as informações de uma maneira mais eficaz o banco é capaz de padronizar serviços e oferece-los de modo a adequar ao perfil de determinado cliente no tocante ao risco.
- Ao nível do varejo, os canais de entrega eletrônicos possibilitaram o fornecimento de serviços sem a presença do cliente perante a agência. Apesar de para o varejo isto ainda ser importante representa-se uma inovação no que diz respeito ao fornecimento de serviços financeiros diversos.

1.4 A experiência internacional

Já abordada a consolidação bancária com suas implicações e causas, retrataremos, haja vista o enquadramento histórico retratado acima, de um processo de liberalização financeira e intensificação das políticas neoliberais ao final dos anos 70, a experiência internacional acerca do tema.

Acabaram-se as fronteiras nacionais que regiam os mercados financeiros tornando-se estes cada vez mais globalizados, como resultado do processo de desregulamentação financeira, impondo-se uma tendência para a integração destes mercados financeiros nacionais, dentro e fora de suas fronteiras rompendo-se as barreiras legais e institucionais que detinham tal abertura.

A onda de inovações nos produtos financeiros cada vez mais se abrangendo novos produtos juntamente com a desregulamentação dos serviços financeiros, a abertura do setor bancário à competição externa, os avanços tecnológicos, com impacto sobre a velocidade das informações e no setor de comunicação e, por último, as mudanças no comportamento das instituições financeiras advindas das inovações financeiras (securitização, crescimento de investidores institucionais, derivativos, etc), tais como a maior ênfase no retorno aos acionistas são os fatores que montam os condicionantes para que se dê de forma mais intensa o processo de consolidação do setor bancário.

Outro fator a ser relevado também neste caso fora a ocorrência de crises bancárias nestes países que adotaram tal modelo de liberalização financeira que trouxe consigo uma maior competitividade junto ao setor bancário ao qual este em alguns países não conseguira suportar a perda de parte de seus recursos para instituições concorrentes, o que gerou queda das margens líquidas de lucros por parte dos bancos e também veio a comprometer o sistema bancário como um todo no tocante à sua maneira de atuar diante da sociedade.

Tal como já fora identificado tais fatores se impuseram aos bancos e destes propiciou-se a mudança no comportamento estratégico de tal segmento.

Bancos vieram a atuar, diante de tais inovações financeiras, de forma a gerir a administração dos riscos e marketing de seus novos produtos. Bancos portanto se viram pressionados pelo direcionamento de seus recursos, adquiridos junto ao público, agora destinados ao mercado de capitais em uma parcela significativa.

Para tanto se viram incentivados a promover fusões e aquisições para poderem aproveitar de possíveis economias de escala em administração (racionalizações) e diversificação do risco com a obtenção de economias de escopo.

De fato, muito do recente incremento na consolidação bancária representa uma resposta ao processo de desregulamentação que o fez possível e tornou-o menos custoso, como tipicamente é o caso do Ato Riegle-Neal nos Estados Unidos da América (EUA) e o Programa de Mercado Único na União Européia. Possivelmente, a consolidação deverá ser estimulada no futuro próximo por algumas mudanças políticas recentes, tais como o Ato Gramm-Leach-Bliley nos EUA, e a unificação monetária na UE, que devem precipitar uma maior consolidação de instituições financeiras (Berger et alii, 2000a; Berger et alii, 2000b apud Paula, 2002).

No caso dos Estados Unidos, tal onda de fusões e aquisições se fez sentir pelo direcionamento ao qual se sujeitou o setor bancário nos últimos anos, primeiro com a eliminação a nível estadual e federal de exigências quanto ao estabelecimento de instituições financeiras, segundo do alargamento do espectro de atividades concedidos aos bancos a fim de estes se portarem melhor diante de tal conjuntura apresentada a estes de maior competitividade e terceiro pelo fato dos bancos nas últimas décadas conseguirem mediante sua adaptação ao movimento de unificação dos mercados financeiros auferirem grandes lucros o que reduzira o custo de novas fusões e aquisições.

A seguir apresenta-se uma tabela na qual se descreve ao longo dos anos 80 e 90 quais foram as principais mudanças na regulamentação da atividade bancária nos Estados Unidos.

TABELA 1.1 - Mudanças na Regulamentação da Atividade Bancária nos EUA durante os Anos 80 e 90

| | | |
|------------------------|---------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Leis Estaduais | Anos 80 | Vários estados americanos começaram a aprovar leis que permitiram que holdings bancários de outros estados entrassem no estado via aquisição de bancos existentes. Estas leis erodiram pouco a pouco as restrições federais existentes sobre a atividade bancária inter-estados. |
| Ato Garn-St Germain | 1982 | Este ato legislativo autorizou a existência de contas de de depósitos no mercado monetário ("money market deposit accounts"). Ela também permitiu aos bancos comprarem outros bancos e instituições de poupança em outros estados. |
| Ato Riegle-Neal | 1994 | Este ato, totalmente implementado em julho de 1997, eliminou muitas das restrições ainda existentes sobre a atividade bancária entre estados e também legitimou e ampliou as mudanças nas regulamentações estaduais. Em particular, ele permitiu aos bancos comprarem outros bancos ou estabelecerem subsidiárias bancárias em qualquer estado do país. Ele também permitiu aos bancos nacionais a abrirem agências ou converterem subsidiárias bancárias em agências entre as fronteiras dos estados. |
| Ato Gramm-Leach-Bliley | 1999 | Este ato removeu muitas das restrições existentes a respeito da combinação entre atividade comercial, subscrição de títulos e seguro nas organizações consolidadas. Entre outras, ele autorizou companhias financeiras a se engajarem no amplo espectro de serviços financeiros, tais como bancos comerciais, seguro, títulos, e banco de investimento. |

Fonte: Paula (2002, p.26)

Enfim com o advento de novas tecnologias, estas foram adaptadas à questão do risco (diversificado) e sua administração e do marketing no tocante aos produtos financeiros por parte dos bancos o que reforçam as mudanças no que diz respeito ao comportamento dos agentes em tal mercado.

A desintermediação financeira, fruto da maior competitividade no setor, levou com que empresas buscassem não mais os bancos e sim o mercado de capitais, pois este mercado trabalhava com taxas mais acessíveis no tocante aos empréstimos concedidos a

tais empresas devido principalmente a conjuntura apresentada de volatilidade dos mercados, que impulsionou o desenvolvimento deste mercado de capitais (inovações financeiras) e também a inflação elevada que gerou por parte dos bancos perda de recursos para estes num primeiro momento vide tuas pesadas regulações incidentes quanto a sua solidez e liquidez perante seus clientes. Associado a desintermediação financeira, esta retoma duas possíveis vertentes.

A primeira seria dizer que, com a pressão competitiva, os bancos foram afetados passando a terem agora uma linha de atuação com vistas à diversificação do risco e fontes alternativas de fundos com vistas a enfrentar o novo quadro que se apresentava, o que de certa forma retoma a nova ênfase dada ao retorno do acionista que está intimamente ligada a competitividade, pois esta levou a uma queda substancial nas margens de lucro e fez com que estes acionistas pressionassem os bancos no sentido de proverem novas fontes de funding, proporcionando a eles melhores retornos.

Uma outra explicação seria dizer que fora o desenvolvimento de outros mercados, que não o bancário, tal como o de capitais que geraram tal pressão aos bancos por desintermediação.

As crises bancárias da década de 90 refletiram aos países emergentes maiores dificuldades a fim de se manter a estabilidade do sistema financeiro e da economia. A estas crises associam-se as tentativas de se incentivar a consolidação no setor, pois é nestas que se identificam às deficiências do mesmo. Nos casos dos países emergentes não se tratava apenas da desregulamentação a nível nacional como visto em alguns países desenvolvidos, mas também a concessão de incentivos à entrada de bancos estrangeiros via privatizações no que tange a créditos internacionais mais estáveis como forma de suportar melhor as crises onde se impera a redução da oferta de crédito.

No tocante ao G-10 apresentam-se algumas especificidades relativas ao processo de consolidação dos diferentes países.

- Os EUA detinham 55% de todas as F&As realizadas na década de 90. Isso se deve ao grande número de pequenas instituições financeiras. Algumas envolvendo aquisições entre bancos de grande porte, especialmente na década de 90.

- Os níveis de atividade de F&As em termos de porcentagem do PIB variam bastante apresentando níveis maiores na Bélgica, Suíça, Reino Unido e EUA e níveis mais baixos no Canadá, Alemanha e Japão.

No tocante ao processo de consolidação temos que, com a lei do mercado único, este seria impulsionado, haja vista que seriam quebradas as barreiras entre os países, oferecendo uma base e um suporte mais adequado a fim de que se torne possível o processo de consolidação bancária junto ao movimento de fusões e aquisições.

O cenário internacional com os bancos enfrentando um ambiente altamente competitivo fez se sentir em três direções que moldaram o novo perfil dos bancos atualmente.

A primeira vertente diz respeito ao crescimento por parte dos bancos no tocante as receitas não-juros⁶ como forma de compensar a perda no crédito como pode ser visto na tabela 1.2.

TABELA 1.2
Indicadores de Desempenho dos Bancos Comerciais em Países Selecionados – 1980/94 (%)*

| Países | Lucros antes dos impostos** | | | Receitas não-juros*** | | |
|----------------|-----------------------------|---------|---------|-----------------------|---------|---------|
| | 1980/82**** | 1986/88 | 1992/94 | 1980/82**** | 1986/88 | 1992/94 |
| Estados Unidos | 1,0 | 0,7 | 1,6 | 24 | 30 | 35 |
| Alemanha | 0,5 | 0,7 | 0,5 | 29 | 30 | 29 |
| França | 0,4 | 0,4 | -0,1 | 16 | 17 | 46 |
| Itália | 0,7 | 1,0 | 0,8 | 26 | 29 | 26 |
| Reino Unido | 1,1 | 1,0 | 0,7 | 29 | 37 | 43 |
| Canadá***** | 0,5 | 1,0 | 1,1 | 22 | 27 | 36 |
| Austrália | 0,9 | 1,2 | 0,7 | .. | 40 | 42 |
| Bélgica | 0,4 | 0,4 | 0,3 | 15 | 22 | 26 |
| Países Baixos | 0,3 | 0,7 | 0,6 | 25 | 26 | 30 |
| Noruega | 0,6 | 0,0 | 0,2 | 27 | 30 | 29 |
| Espanha | 0,7 | 1,1 | 0,6 | 18 | 20 | 27 |
| Suécia | 0,3 | 0,8 | 0,5 | 30 | 31 | 44 |
| Suíça | 0,6 | 0,7 | 0,6 | 47 | 49 | 51 |

Fonte: BIS (1996, p.82) com dados da OCDE.

(*) Para Austrália, Bélgica, Países Baixos e Suíça, todos os bancos; para outros países, somente bancos comerciais.

(**) Percentagem do total de ativos

(***) Percentagem do resultado bruto

⁶ Em particular, eles têm dado prioridade a serviços financeiros que geram rendas (*underwriting*, administração de fundos de pensão, assessoria em aquisições e fusões de firmas, administração de portfólio das firmas, engenharia financeira, tarifas e comissões etc.) assim como a atividades fora do balanço, tais como aceite bancário, securitização, derivativos, etc (Paula, 2002).

(***) Para França, Austrália e Bélgica. 1981/82; para Canadá. 1982

(****) Anos fiscais

A segunda vertente mostra, num outro espectro, vide a pressão de seus acionistas quanto aos lucros dos bancos onde estes apresentaram queda em suas margens líquidas e com a participação relativa da receitas de juros em queda vide pressões competitivas por estas, um enquadramento onde as receitas crescem menos em relação aos custos e para tanto se age no intuito a reduzir tais custos, o que se verifica pela queda do emprego no âmbito bancário como visto na tabela 1.3 apresentada a seguir.

TABELA 1.3
Reestruturação Bancária: Emprego e Custos de Mão-de-obra - 1980/1997

| País | Emprego* | | | | | | Custos de mão-de-obra** | | |
|-------------------|--------------------|------|------|----------------------|------|--------------------|----------------------------------------|---------|---------|
| | 1980*** | 1990 | 1997 | Pico (desde 1980) | | Variação % **** | 1980- 82**** | 1986-88 | 1995-96 |
| | Número (em mil) | | | Ano | | | como percentagem da resultado bruto | | |
| Estados Unidos | 1900 | 1979 | 1929 | 2136 | 1987 | -9,7 | 36 | 31 | 26 |
| Japão | 609 | 585 | 554 | 609 | 1980 | -9,0 | 44 | 33 | 36 |
| ZONA DO EURO***** | 1756 | 2050 | 2043 | 2052 | 1992 | -2,3 | n.d. | n.d. | 37 |
| Áustria | 62 | 75 | 75 | 77 | 1992 | -2,5 | 48 | 42 | 36 |
| Bélgica | 68 | 79 | 77 | 79 | 1990 | -0,3 | 41 | 33 | 40 |
| Finlândia | 42 | 50 | 26 | 53 | 1989 | -50,3 | 43 | 33 | 29 |
| França | 398 | 399 | 382 | 401 | 1988 | -4,7 | 47 | 44 | 44 |
| Alemanha | 533 | 696 | 751 | 758 | 1994 | -0,9 | 48 | 44 | 39 |
| Itália | 277 | 324 | 314 | 333 | 1993 | -5,6 | 38 | 42 | 44 |
| Países Baixos | 56 | 59 | 60 | 63 | 1992 | -4,8 | 40 | 39 | 36 |
| Portugal | 107 | 116 | 115 | 117 | 1991 | -1,7 | 42 | 40 | 37 |
| Espanha | 252 | 252 | 242 | 256 | 1991 | -5,4 | 47 | 43 | 39 |
| Noruega | 24 | 31 | 24 | 35 | 1987 | -29,5 | 42 | 35 | 32 |
| Suécia | 39 | 45 | 43 | 46 | 1991 | -5,9 | 29 | 23 | 28 |
| Suíça | 84 | 120 | 107 | 120 | 1990 | -10,7 | 40 | 37 | 35 |
| Reino Unido | 324 | 423 | 356 | 428 | 1989 | -16,8 | 47 | 38 | 35 |
| Austrália | 265 | 356 | 317 | 356 | 1990 | -11,0 | n.d. | n.d. | n.d. |
| Canadá | 170 | 211 | 264 | 264 | 1997 | - | 42 | 33 | 35 |

Fonte: BIS (1999, p.46).

* Em instituições depositárias.

** Para Áustria, Bélgica, Itália, Países Baixos e Suíça, todos os bancos; para todos outros países, bancos comerciais.

*** Para a Zona do Euro e França, 1985; para Austrália e Suécia, 1984; para Portugal, 1982; para Espanha, 1981.

**** Para Áustria, França, Itália e Bélgica, 1981/82; para Canadá, 1982.

***** Do pico à mais recente observação, quando aplicável.

***** Excluindo Irlanda e Luxemburgo.

Numa terceira e última vertente temos o direcionamento no tocante a, por parte dos bancos, uma estratégia de expansão tanto organicamente quanto através de fusões e aquisições, tanto bancárias quanto não-bancárias, como forma de adquirirem possíveis ganhos de economias de escala e de escopo e, desta forma, sobreviverem a tais pressões competitivas na busca de fontes alternativas de funding, o que caracteriza uma certa concentração no segmento bancário a nível internacional com a formação de grandes conglomerados financeiros conforme a tabela 1.4 nos apresenta.

TABELA 1.4
Reestruturação Bancária: Número de Instituições e Grau de Concentração – 1980/1997

| País | Número de instituições* | | | | | | Concentração: 5 maiores | | |
|-------------------|-------------------------|-------|-------|-------------------|--------------------|---------------------------------------------|----------------------------|------|------|
| | 1980** | 1990 | 1997 | Pico (desde 1980) | | 1980*** | 1990 | 1997 | |
| | Quantidade | | | Ano | Variação % **** | Participação relativa no total de ativos | | | |
| Estados Unidos | 36103 | 27897 | 22140 | 36103 | 1980 | -38.7 | 9 | 9 | 17 |
| Japão | 547 | 605 | 575 | 610 | 1988 | -5.7 | 25 | 30 | 31 |
| ZONA DO EURO***** | 9445 | 8979 | 7040 | 9445 | 1985 | -25.5 | | | |
| Áustria | 1595 | 1210 | 995 | 1595 | 1980 | -37.6 | 40 | 35 | 44 |
| Bélgica | 176 | 157 | 136 | 176 | 1980 | -22.7 | 53 | 48 | 57 |
| Finlândia | 631 | 498 | 341 | 631 | 1985 | -46.0 | 63 | 65 | 77 |
| França | 1033 | 786 | 567 | 1033 | 1984 | -45.1 | 56 | 52 | 57 |
| Alemanha | 5355 | 4721 | 3 577 | 5355 | 1980 | -33.2 | n.d. | n.d. | 17 |
| Itália | 1071 | 1067 | 909 | 1109 | 1987 | -18.0 | 26 | 24 | 25 |
| Países Baixos | 200 | 180 | 169 | 200 | 1980 | -15.5 | 69 | 73 | 79 |
| Portugal | 17 | 33 | 39 | 39 | 1997 | - | n.d. | n.d. | n.d. |
| Espanha | 357 | 327 | 307 | 378 | 1982 | -18.8 | 38 | 38 | 47 |
| Noruega | 346 | 165 | 154 | 346 | 1980 | -55.5 | 63 | 68 | 59 |
| Suécia | 598 | 498 | 124 | 598 | 1980 | -79.3 | 64 | 70 | 90 |
| Suíça | 478 | 499 | 394 | 499 | 1990 | -21.0 | 45 | 45 | 49 |
| Reino Unido | 796 | 665 | 537 | 796 | 1983 | -32.5 | n.d. | 49 | 47 |
| Austrália | 812 | 481 | 344 | 812 | 1980 | -57.6 | 62 | 65 | 69 |
| Canadá | 1671 | 1307 | 942 | 1671 | 1984 | -43.6 | n.d. | 55 | 78 |

Fonte: BIS (1999, p. 45).

* Instituições depositárias: geralmente incluem bancos comerciais, instituições de poupança e vários tipos de bancos cooperativos.

** Para a Zona do Euro e Finlândia, 1985; para França e Canadá, 1984; para o Reino Unido, 1983; para Portugal e Espanha, 1981.

*** Para França, 1986; para Itália, 1983; para Áustria, Finlândia e Países Baixos, 1985; para Suíça, 1987.

**** Do pico para a mais recente observação, quando aplicável.

***** Excluindo Irlanda e Luxemburgo.

Nas tabelas 1.5 e 1.6 apresentadas a seguir mostra-se o que foi feito na âmbito da União Européia (UE) de modo a favorecer o procedimento da consolidação bancária tal como já fora mencionado com relação aos Estados Unidos onde se verifica determinadas especificidades do caso europeu no tocante a abolição de suas barreiras legais e institucionais, haja vista, que diferentemente dos Estados Unidos, no caso europeu a consolidação bancária tem um alcance de política monetária reduzido em relação a estrutura de supervisão da zona do Euro, haja vista que sistemas financeiros nacionais que compõem a União Européia dificultam o processo de consolidação no âmbito interno e desta forma se vê que a esta consolidação se verifica maior incentivo para se adentrar mercados estrangeiros⁷.

⁷ No Brasil se verifica ao longo do processo de fusões e aquisições dos bancos nacionais públicos federais e estaduais a presença marcante de bancos europeus.

TABELA 1.5 - Mudanças na Regulamentação da Atividade Bancária na União Européia durante os Anos 80 e 90

| Normas | Ano | Descrição |
|-------------------------------------------|------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Primeira Diretiva de Coordenação Bancária | 1977 | Esta Diretiva estabeleceu uma estrutura que criou um mercado bancário único na UE; estabeleceu ainda requerimentos mínimos para autorização de instituições de Crédito; introduziu (mas não implementou) o conceito de "tratamento nacional" pelo qual uma agência bancária estrangeira estaria sujeita às restrições bancárias de seu país de origem; proibiu países hospedeiros de impedir a entrada de um banco estrangeiro tendo como base "necessidades econômicas"; começou o processo de unificação das regulamentações prudenciais entre os Países Membros. |
| Lei do Mercado Único Europeu | 1986 | Esta Lei, implementada em fevereiro de 1992, criou um mercado econômico único ininterrupto na UE, uma vez eliminou todas as barreiras físicas, legais e técnicas ao movimento de mão-de-obra, bens, serviços e capital entre países. |
| Segunda Diretiva de Coordenação Bancária | 1989 | Esta Diretiva, implementada em 1993/94, liberalizou o comércio de serviços financeiros entre as fronteiras da UE; introduziu uma licença bancária única válida em toda a UE; limitou restrições às agências e à combinação de produtos àqueles impostos pelos reguladores do país de Origem de um banco; terminou a prática de requerer às agências entre países reterem um nível de capital acima do normal; por fim, harmonizou os requerimentos mínimos de capital entre países (embora para os propósitos da política monetária e da regulamentação prudencial ela permitiu ao país hospedeiro estabelecer razões de liquidez). |
| União Monetária Européia (UME) | 1999 | Com o início da UME, em 1/1/99, introduzindo uma união monetária na zona do euro, complementou-se as diretrizes da UE, devendo levar a um aumento da consolidação entre países pelo aprimoramento do comércio, pela redução nos custos de conversão da moeda por parte das instituições que operam em várias nações, e pela diminuição nos custos para consumidores e para os negócios relacionados à compra de serviços das instituições estrangeiras |

Fonte: Paula (2002).

Tabela 1.6
Fusões e aquisições na Indústria financeira na Zona do Euro 1998/2000 (1)

| | Mesmo país | Outro país da zona do euro | Outro país fora da zona do euro | Total | Como percentagem (2) |
|--------------------------------------------------|------------|----------------------------|---------------------------------|-------|----------------------|
| Bancos - bancos | | | | | |
| 1998 | 8445 | 147 | 13787 | 22379 | 13,0 |
| 1999 | 41242 | 9465 | 7495 | 58202 | 34,2 |
| 2000 (3) | 4528 | 0 | 11654 | 16182 | 62,0 |
| Bancos - instituição não-bancária | | | | | |
| 1998 | 28604 | 646 | 897 | 31147 | 37,9 |
| 1999 | 20816 | 800 | 4130 | 25746 | 56,4 |
| 2000 (3) | 4768 | 1631 | 653 | 7052 | 39,1 |
| Instituição não-bancária com não-bancária | | | | | |
| 1998 | 7299 | 7974 | 1201 | 16474 | 13,8 |
| 1999 | 15508 | 378 | 21888 | 37774 | 40,7 |
| 2000 (3) | 5071 | 9 | 454 | 5534 | 18,8 |

Fome: BIS (2000 p. 134).

Nota: Valores em US\$ milhões.

1 - Inclui empresa comprada ou vendida, residente na zona do euro

2 - De fusões e aquisições em todos países.

3 - 1º de janeiro a 10 de abril.

Em suma os bancos inseridos num quadro de alta competição e de queda nas margens de lucro, e como de fato existem limites a compressão dos custos destes, se vêem em uma realidade na qual eles podem crescer somente ampliando sua clientela e sua escala de negócios (produtos e serviços oferecidos) ou então mediante as atividades de F&As.

“Um agravante nisto tudo do ponto de vista bancário é que a conjuntura aberta a um maior nível de competição impõe aos bancos uma maior dificuldade no tocante a absorção de fundos tendo estes que se adaptar a nova conjuntura e criarem novas oportunidade de forma a incorporar novos clientes (seguros e títulos compensando as possíveis perdas no crédito) fortalecendo sua posição de principal intermediador financeiro” (Edwards & Mishkin, 1995).

Adiciona-se a isto, o fato de que os avanços na tecnologia de informação tem tornado mais fácil para as famílias, firmas e instituições financeiras avaliarem a qualidade dos títulos. Deste modo, ao invés de irem aos bancos para atenderem suas necessidades de crédito de curto prazo, muitos clientes corporativos agora tomam recursos emprestados no mercado de “commercial papers” (Edwards & Mishkin, 1995, p. 3).

Em particular, dado o nível de competição que se aplica à indústria financeira nos últimos vinte anos, os bancos têm dado tratamento prioritário a outras fontes de receitas não-juros ante aquelas garantidas pela intermediação. Seriam os serviços financeiros que

geram rendas (subscrição (resseguro), administração de fundos de pensão, derivativos, securitização, tarifas, comissões etc.).

A lógica do mercado bancário, portanto nessa conjuntura é buscar novas fontes de funding, determinando melhor retorno a seus acionistas. Para tanto inovações financeiras são sempre uma alternativa viável, redução de custos e busca de novos mercados (F&As).

O Programa de Mercado Único e a União Monetária Européia (UME) podem ser vistos como redutores de barreiras de eficiência para consolidação bancária dentro das fronteiras da União Européia e dentro do subconjunto de nações participantes da união monetária, respectivamente. De fato, essas políticas podem reduzir ou eliminar as diferenças entre moeda, estruturas regulatórias/supervisão e ainda as regras explícitas contra competidores estrangeiros por parte dos países da União Européia, o que torna em tese mais fácil e menos custoso para as instituições financeiras operarem através das fronteiras entre países dentro da UE (Berger et alli, 2000a, apud Paula, 2002)

Diante do contexto europeu, é através da adoção de uma moeda única a um determinado conjunto de países, caso da União Européia, que se reforça a competição entre instituições financeiras da região, favorecendo o fenômeno da consolidação bancária, pois os custos direcionados a conversão de moeda agora não existem e cria-se, portanto um mercado mais contestável na região. Tendo por base esta maior contestabilidade neste mercado advindo de um fator positivo adicional que seria a inexistência de um determinado risco cambial reforçando-se os incentivos no tocante a tendência a se formarem instituições maiores, o que implicaria em um maior grau de concentração para este mercado bancário, haja vista a capacidade de se obterem maiores economias de escala, tanto na esfera produtiva (aumenta da produção) quanto tecnológica (via progresso técnico), tal como fora previsto pelo BIS.

Segue-se como consequência no âmbito europeu, tal como no caso norte americano, o que de fato o processo de consolidação estabelece tal como maior grau de concentração, redução dos custos operacionais impactando sob a mão-de-obra, etc. A única peculiaridade frente aos países emergentes é que basicamente o setor bancário mediante o movimento de fusões e aquisições se restringe a “mãos domésticas”.

Em suma a estratégia seria fortalecer-se domesticamente para depois se abrir ao exterior. Apesar disso existem diferentes regulamentações prudenciais nacionais diferentes em países da União Européia que limitam tal processo e sua operacionalidade, o que traz ao segmento de fusões e aquisições um determinado “protecionismo” e o restringe ao âmbito das fronteiras nacionais.

Os bancos dentro da União Européia estão limitados na tentativa de se incrementar o fenômeno da consolidação haja vista medidas nacionais que visam não fornecer a algum banco estrangeiro capacidade de influenciar e competir no mercado europeu e global. Seria uma forma assim caracterizada de proteção dos interesses nacionais.

Existem portanto barreiras que limitam a consolidação internacional de instituições financeiras dentro da Europa e inibem a criação de um mercado financeiro único na EU pautado em interesses nacionais bem definidos. Seria diante de uma intensa globalização financeira e suas inovações associadas uma forma de ainda assim adotar um pouco de cautela em torno da velocidade em que tal fenômeno da consolidação bancária se desenvolve a nível mundial.

Portanto se tal impeditivo se vê claramente no contexto da região, a entrada em mercados estrangeiros tal como América Latina, Ásia, entre outros se determina como alternativa viável com vistas à, por parte de tais instituições, um maior fortalecimento tendo em vista a alta competição derivada do fenômeno da consolidação bancária.

2. A Consolidação bancária no Brasil (1994 – 2002)

A consolidação bancária no Brasil teve seus maiores desdobramentos a partir da implantação do Plano Real, pois foi a partir deste que um novo ambiente macroeconômico pode ser sentido no país através da estabilidade monetária e cambial proporcionada por ele.

Isso se fez sentir em especial no sistema bancário, pois até então se convivia com um ambiente de inflação alta e desequilíbrios fiscais, onde os ganhos dos bancos eram através da arbitragem inflacionária do dinheiro⁸, do floating inflacionário e das aplicações de overnight⁹ onde recursos eram direcionados ao financiamento do setor público.

“Quanto à arbitragem inflacionária do dinheiro, esta se define como as receitas com spread da intermediação financeira, ou seja, a diferença entre a taxa de aplicação e captação dos recursos em condições de alta inflação” (Paula, 2002).

“O floating inflacionário seriam os juros reais negativos pagos pelo excedente dos depósitos à vista emitidos por estes bancos comerciais sobre o total de seus encaixes, sejam

⁸ Bancos de grande porte e estatais, os quais detêm maiores facilidades quanto à captação de recursos comparativamente a bancos de médio e pequeno porte, em contexto de inflação alta, se beneficiam mais das receitas ligadas à arbitragem inflacionária do dinheiro, ao passo que, ao outro conjunto de bancos as receitas de títulos e valores imobiliários são mais importantes.

⁹ Rendiam no mínimo a correção monetária.

aqueles depositados no Banco Central ou mantidos em caixa pelas agências bancária” (Cysne e Costa, 1996).

Com a implementação do Plano Real, tal ambiente de inflação crônica deixava de existir e, portanto ao setor bancário caberia um redimensionamento e uma reorientação quanto à sua estrutura e sua forma de atuação, haja vista que o alicerce inflacionário associado às suas receitas já não fazia mais parte deste novo cenário pós-Real e portanto haveria a necessidade de se buscarem novas fontes de receitas.

Num primeiro momento com o aquecimento da economia tal impacto de perda de receitas inflacionárias não se fez sentir completamente, pois com a inflação controlada verificou-se um aumento do consumo na sociedade brasileira o que possibilitou um aumento do crédito e também houve a cobrança de tarifas sobre os serviços bancários, ou seja, houve um redirecionamento no que tange as receitas bancárias que passaram de receitas inflacionárias para receitas advindas da maior oferta de crédito (intermediação financeira) e receitas provenientes da oferta de serviços que fora liberalizada, o que proporcionou a manutenção de níveis elevados de rentabilidade dos bancos. A tabela a seguir mostra a queda acentuada das receitas inflacionárias com % do PIB e da produção imputada após a implementação do Plano Real.

Tabela 2.1 Receita inflacionária como % do PIB e do valor da produção imputada

| Ano | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 |
|----------------------------------------------------|------|------|------|------|------|------|
| Receita Inflacionária / PIB | 4 | 3,8 | 4 | 4,3 | 2 | 0,1 |
| Receita inflacionária / valor da produção imputada | 70 | 81,2 | 86,8 | 87,3 | 49,5 | 1,6 |

Fonte: Andima/IBGE: Sistema Financeiro - Uma análise a partir das contas nacionais 1990-1995

Porém esse ajuste acima mencionado no âmbito das receitas se vê adiante pressionado pela política monetária e cambial adotadas pelo Plano Real que num primeiro momento se baseou em uma âncora cambial e para tanto, exigia-se juros domésticos elevados que, associados a choques externos tais como a crise mexicana fez com que houvesse aumento substancial dos juros brasileiros de 20% a.a para 65% a.a no intuito de se evitar a fuga em demasia de capitais.

Com esta medida o setor bancário se viu diante de créditos de liquidação duvidosa haja vista tal política agressiva de juros, ou seja, o rápido endividamento via crédito que

surgiam como receitas ao setor estava agora sem garantias dado os juros abusivos que se impuseram afetando a capacidade de pagamento e refinanciamento dos devedores junto ao setor bancário. Isto também em certa medida implica uma retração do crescimento econômico até então visto na economia brasileira.

Aos bancos menores as conseqüências foram mais imediatas com relação a problemas de liquidez pois possuíam ativos menos diversificados e menor margem de manobra frente à inadimplência das operações de crédito. Acontece portanto uma concentração de reservas nos bancos maiores, haja vista que no mercado interbancário e junto ao Banco Central tais bancos menores, devido a sua menor estrutura e falta de garantias, não obtinham recursos amadurecendo portanto o caminho para a liquidação dos mesmos.

Além disto os juros altos contribuíram para uma deterioração das contas do governo em seus vários níveis (federal, estadual e municipal).

Dentre tais razões e também devido ao fato de em meados de 1995 dois grandes bancos, Econômico (ago/95) e Nacional (nov/95), se defrontarem com problemas de liquidez, porém com peso maior para o sistema como um todo, haja vista serem na época respectivamente o 4º e 3º maiores bancos, trouxe a tona a possibilidade de uma crise sistêmica.

Para tal a fim de se evitar o colapso do sistema como um todo o governo lançou um plano que socorresse os bancos em dificuldades, o Proer (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional), além de outras medidas com vistas ao supervisionamento e fortalecimento do sistema financeiro nacional em novembro de 1995.

Dentre tais medidas preventivas se destacam a própria medida provisória que cria o Proer e incentiva as F&As com bancos em dificuldades sendo assumidos por outras instituições (MP 1.179 e Resolução 2.208) datada de 3 de novembro de 1995, a regulamentação do fundo garantidor de créditos – FGC¹⁰ (Resolução 2.201) assim como o aumento do capital mínimo para abertura de novos bancos desestimulando assim tal prática (Resolução 2.212) datadas de 16 de novembro de 1995 e por fim ampliação dos poderes do

¹⁰ Uma garantia de até R\$ 20 mil por titular para os depósitos e aplicações, nos casos de decretação de intervenção, liquidação extrajudicial, falência de uma instituição financeira.

Banco Central (MP 1.182) datada de 17 de novembro de 1997 e transformada em lei 9.447 em 14 de novembro de 1997 (Rocha, 2001).

Através desta MP 1.182 o Bacen passa a ter aparato legal para intervir no sistema financeiro promovendo um novo modelo onde se encontrem somente instituições sólidas e com liquidez.

2.1 O Proer

O Proer¹¹ encarado como o primeiro desdobramento do Plano Real no que tange a seus impactos no setor bancário, haja vista que este mediante seus objetivos de política econômica (controle da inflação e do câmbio) tornara a economia brasileira muito sensível à política dos juros a ponto que um choque externo ou qualquer evento que abalasse a economia aos juros caberia a função de estabilizar o sistema como um todo. agiu em prol de um sistema bancário que não conseguindo se adaptar espontaneamente e mais tarde correndo riscos ainda maiores quanto à liquidez devido à nova conjuntura apresentada aos bancos se mostrava ineficiente na condução de suas funções.

Para tanto com o objetivo de erradicar essa “ineficiência”, o Proer primeiramente encarava como primordiais dois objetivos fundamentais:

- Garantir a estabilidade do sistema de pagamentos protegendo os agentes que operam no setor bancário no tocante a seus depósitos. (poupança e investimentos).
- Penalizar os bancos que incorrerem em más políticas bancárias (fraudes, má administração, má qualidade de seus ativos, etc...) via transferência do controle acionário dos bancos problemáticos socorridos pelo programa.

O Proer inicia portanto uma reorganização societária¹² dentro do sistema financeiro e que segundo Malan, então ministro da Fazenda, não trará efeitos traumáticos. Pretende-se fortalecer o sistema financeiro e garantir seus depositantes quanto a seus investimentos e poupanças neste segmento.

¹¹ As operações do Proer constituíram em um gasto de R\$ 20,4 bilhões aproximadamente, algo que giraria em torno de 2,7% do PIB médio de 1995 – 96 – 97 (Maia, 2003).

¹² Os bancos foram divididos em duas categorias: Banco “bom” e banco “ruim” sendo o primeiro adquirido por outra instituição bancária depois de saneados pelo Proer e o segundo sendo liquidado pelo Bacen.

A estrutura patrimonial dos bancos e seus padrões de rentabilidade baseados em um cenário de alta inflação deveriam ser revistos pelos bancos, visto que o Plano Real impusera ao sistema financeiro um novo ordenamento visto que alterou substancialmente o ambiente macroeconômico com o controle da inflação e do câmbio.

Todavia como já fora mencionado, a primeira fase de expansão do Real só foi possível graças a um aumento substancial dos depósitos¹³ que passaram a ser atrativos com o fim do período da alta inflação.

O Proer só foi de fato implantado visto que o mecanismo de contenção de crise no setor bancário até então baseado em um poder discricionário de intervir e liquidar instituições problemáticas por parte do Bacen só era apropriado para atender instituições que não oferecessem risco de contágio (pequenas e médias) o que já não era o caso dos grandes bancos varejistas (Econômico e Nacional) em crise a partir de meados de 1995.

Dentre as características inerentes ao Proer temos:

- Condição de elegibilidade (entrada no programa): esta era feita mediante o estudo caso a caso por parte do Bacen¹⁴.
- Fora elaborado para atender a Bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, associações de poupança e empréstimo, financeiras e sociedades de crédito mobiliário.
- O FGC e a agência brasileira de seguro de depósitos fizeram parte do espectro de medidas elaborado pelo Proer.
- Manutenção da exigibilidade dos depósitos por meio de simples transferência do banco problemático para o Banco adquirente.

O Proer obedeceu a duas linhas de atuação: frente a grandes bancos e frente a médios e pequenos sendo a diferença básica entre eles é que no tocante aos bancos médios e pequenos o banco problemático era simplesmente vendido e cabia ao Proer somente capitalizar o banco novo fornecendo liquidez para que este possa atuar frente a seus depositantes e até mesmo compensar os ativos ruins descobertos do banco problemático abrindo novas operações.

¹³ Os depósitos à vista cresceram 165%, e os a prazo em torno de 40%, enquanto que os empréstimos cresceram 58,7% no segundo semestre de 1994.

¹⁴ A operação Proer tem início quando o Bacen identifica o banco problemático e seleciona o adquirente.

Quanto ao incentivo às F&As por parte do Proer ao todo foram feitas oito sendo quatro na linha de atuação de bancos grandes e as outras quatro na linha de atuação de bancos médios e pequenos. A tabela abaixo retrata as fusões e aquisições concebidas mediante recursos do Proer:

Tabela 2.2 Fusões e Aquisições no âmbito do Proer

| Proer - Modelos Gerais | Banco adquirente | |
|---------------------------------------------------|------------------|-------------|
| | Doméstico | Estrangeiro |
| Proer - modelo geral 1 - bancos grandes | 3 | 1 |
| Proer - modelo geral 2 - bancos médios e pequenos | 4 | 0 |
| Total | 7 | 1 |

Fonte: Banco Central do Brasil.

Em suma o Proer acabara por iniciar um novo ciclo no sistema financeiro nacional que ainda se desenvolveria ainda mais no sentido de aprimoramento de sua supervisão e fiscalização e no sentido de adaptação e ajuste de sua estrutura patrimonial e financeira, frente ao novo cenário econômico apresentado.

Ainda que após o Plano real 104 instituições tenham sofrido algum tipo de ajuste as principais operações foram realizadas com recursos do Proer que nada mais eram que reservas compulsórias mantidas junto ao Banco Central não comprometendo portanto o orçamento fiscal. A tabela a seguir nos diz algumas das F&As no âmbito do Proer.

Tabela 2.3 F&As com incentivos do Proer

| Instituição Vendida | Instituição Compradora | Publicação no Diário Oficial da União |
|----------------------------|------------------------|---------------------------------------|
| Banco Nacional | Unibanco | 18/11/95 |
| Banco Econômico | Banco Excel | 30/04/96 |
| Banco Mercantil | Banco Rural | 31/05/96 |
| Banco Banorte | Banco Bandeirantes | 17/06/96 |
| Banco Martinelli | Banco Pontual | 23/08/96 |
| Banco United | Banco Antonio Queiroz | 30/08/96 |
| Banco Bamerindus do Brasil | HSBC | 02/04/97 |

Fonte: Puga (2001, p.8)

2.2 O Proes

Além do alcance do Proer e suas motivações temos que, alinhado as mesmas motivações porém com a particularidade no tocante aos empréstimos a governos estaduais que muitas vezes não davam garantias e por vezes se tornavam inadimplentes temos os bancos estaduais que devido a tal mecanismo citado acima se enfraqueciam e demonstravam pouca eficiência quanto ao crédito ofertado por estes. Vía se portanto a necessidade de se sanear as contas dos bancos públicos. Foi com esse intuito que o governo lança o Proes (Programa de incentivo para a reestruturação do sistema financeiro estatal) com o objetivo maior de reduzir a participação dos bancos estatais no sistema bancário.

Tal como o Proer temos como principais características do Proes¹⁵:

- Preservar a estabilidade do sistema de pagamentos.
- Regular as políticas bancárias das instituições.
- Preservar a exigibilidade dos depósitos.

O Proes foi de fato implantado mediante a MP 1.514 de agosto de 1996 e continha as determinadas regras:

- 100% dos recursos necessários ao saneamento dos bancos estaduais estariam objetivados ou à privatização ou à transformação em agências de fomento ou à sua liquidação.
- A ajuda federal era limitada a 50% dos recursos, caso não houvesse transferência do controle acionário ou transformação em agências de fomento. O restante caberia aos governos estaduais.
- As garantias dos governos estaduais no caso de ajuda federal seria condizente ao montante do empréstimo contraído. Em caso de inadimplência autorizava-se o saque, por parte dos credores, ou até mesmo se descontaria das transferências previstas em constituição.
- A partir de julho de 1998 com a MP 1.702-26 os recursos do Proes somente eram fornecidos se passassem o controle das instituições para o governo federal após o

¹⁵ O governo federal emitiu US\$48 bilhões em títulos para o saneamento dos bancos estaduais. Do total, US\$ 26 bilhões foram destinados à dívida do governo estadual de São Paulo com o Banespa, US\$ 8 bilhões foram para a Nossa Caixa, US\$ 4 bilhões para o Banestado, US\$ 1,5 bilhões para a Bemge, US\$ 3 bilhões para o Banrisul e US\$ 3 bilhões para o Banerj (Puga, 1999, p.22)

saneamento das mesmas para posterior privatização ou até mesmo liquidação destas.

A tabela a seguir nos diz sobre a quantidade de instituições estatais no sistema financeiro nacional antes e após a implementação do Proes:

Tabela 2.4 Número de Instituições financeiras estaduais

| Instituições | Posição em | |
|----------------------------------------------------|------------|-----------|
| | Ago/96 | Jul/98 |
| Bancos Comerciais/ Múltiplos | 23 | 19 |
| Caixas Econômicas | 1 | 1 |
| Bancos de Desenvolvimento | 4 | 4 |
| Bancos Comerciais/ Múltiplos em RAET* | 3 | 1 |
| Bancos Comerciais/ Múltiplos em Liq. Extrajudicial | 1 | 5 |
| Caixas Econômicas em Liq. Extrajudicial | 2 | 1 |
| Bancos de Desenvolvimento em Liq. Extrajudicial | 1 | 0 |
| Total | 35 | 31 |

Fonte: Puga (1999, p. 430)

* Regime de administração especial temporária.

A partir de julho de 1998 conforme a disposição contida acima sucederam outras F&As ao longo desses anos no âmbito do Proes. A tabela a seguir nos diz quais foram estas.

Tabela 2.5 F&As no âmbito do Proes pós julho de 1998

| Instituição Vendida | Instituição Compradora | Publicação no Diário Oficial da União |
|---------------------|------------------------|---------------------------------------|
| Bemge | Itaú | 14/09/98 |
| Bandepe | ABN Amro | 17/11/98 |
| Baneb | Bradesco | 22/06/98 |
| Banestado | Itaú | 17/10/00 |
| Banespa | Santander | 20/11/00 |
| Paraiban | ABN Amro | 08/11/01 |
| BEG* | Itaú | 04/12/01 |
| BEA** | Bradesco | 24/01/02 |
| BEM*** | Bradesco | 10/02/04 |

Fonte: Banco Central do Brasil

* Banco do Estado de Goiás

** Banco do Estado do Amazonas.

*** Banco do Estado do Maranhão.

Partindo de tal quadro institucional estipulado e remontado com base nos dois programas (Proer e Proes) implementados pelo governo e citados acima fica estabelecido o alicerce para se discutir os impactos de tais medidas que se baseiam em uma consolidação bancária dirigida pelo governo no setor bancário e no sistema financeiro nacional.

Por último temos por parte do governo a adoção do Proef¹⁶ (Programa de fortalecimento das instituições financeiras federais) em 2001 com o objetivo de fornecer a tais cobertura para operações de alto risco e com relação as garantias concedidas a governos anteriores haja vista que tais bancos operavam abaixo dos limites impostos pelo acordo da Basileia (11%) tendo por base o risco de suas operações ativas. O BB operava com 7,9%, a CEF com 4,93% e o banco do Nordeste com 7,25% (Bacen).

Como se percebe tais programas de adequação dos bancos conta também, ainda que com uma vigorosa participação dos bancos privados nacionais, com uma participação de bancos estrangeiros nesse processo de privatizações seguindo a tendência internacional onde se verifica a formação de grandes conglomerados financeiros. Isso será discutido melhor na próxima seção onde se apresenta a desregulamentação e posterior abertura ao capital estrangeiro dentro do processo de consolidação bancária no Brasil.

2.3 A Internacionalização do sistema financeiro

Dado um cenário internacional de desregulamentação financeira (securitização, mercado de derivativos, etc...) e de mercados e um fluxo de capitais direcionados para os países emergentes haja vista a política de juros atrativa aos investidores internacionais praticadas por estes, aliado aos propósitos governamentais de se desonerar o poder público no tocante ao segmento bancário permitindo a este um melhor desenvolvimento e aperfeiçoamento visto as crises bancárias enfrentadas pelo mesmo em 95/96 é que se estabelece a abertura ao capital estrangeiro incentivada pelo governo federal.

Esta representa um desdobramento também importante no processo de consolidação bancária no Brasil.

¹⁶ A capitalização de tais bancos federais atingiu a monta de R\$ 20,6 bilhões sendo assim discriminados: R\$ 8,9 bilhões para a CEF (Caixa Econômica Federal), R\$ 8 bilhões para o BB (Banco do Brasil), R\$ 2,6 bilhões para o Banco do Nordeste do Brasil e R\$ 1,1 bilhão para o Banco da Amazônia. (Bacen).

Esse processo foi estimulado mais decisivamente em 1995 com a Exposição de motivos nº 311, aprovada pelo presidente da república, onde o ministro da Fazenda declara como sendo de interesse nacional a entrada de instituições financeiras estrangeiras no sistema financeiro nacional juntamente com a resolução 2.212 onde se estabelece a eliminação quanto à exigência de que o capital mínimo exigido para bancos estrangeiros que quiserem ingressar no mercado financeiro brasileiro fosse o dobro dos bancos nacionais.

Para tanto, o governo alegara que estas instituições financeiras acostumadas a competição em seus mercados de origem trariam ao país, ao conseguirem adentrar no mercado varejista bancário brasileiro, um estímulo a concorrência possibilitando ganhos com eficiência operacional (custos e preços dos serviços) e trazendo com isso um certo dinamismo ao setor no tocante ao aparecimento de inovações.

Inicialmente tal abertura era condizente com a aquisição de bancos ditos problemáticos.

Tal fato mencionado acima diz bem com relação à relutância em abrir o mercado aos bancos estrangeiros o que pode ser bem demonstrado mediante o acompanhamento da legislação brasileira no que se refere a tal questão.

“Antes de 1995 a legislação brasileira limitava muito a entrada de instituições financeiras estrangeiras, tanto que a Eei 4131 de 1962 aplicava o princípio da reciprocidade, onde aos bancos que no Brasil se instalassem seriam aplicadas as mesmas normas e proibições de seu país de origem. Em 1964 com a Lei 4595, estabeleceu que teria de haver uma autorização prévia do Banco Central ou decreto do poder legislativo. A constituição de 1988 com seu artigo 52 das disposições transitórias proibiu a instalação de novas agências das instituições financeiras estrangeiras já instaladas mas com a abertura para estas explorarem o mercado doméstico uma vez que tais restrições não se aplicavam a autorizações resultante de acordos internacionais, reciprocidade, ou decisões de interesse nacional” (Puga, 1999, p. 425 – 26).

No âmbito das F&As feita por um banco estrangeiro temos dentro do Proer uma única que foi a compra do Bamerindus pelo HSBC já descrita acima e que, com isso fez com que este permanecesse como maior banco estrangeiro até novembro de 1998 quando perde a

posição para o ABN Amro com a aquisição por parte deste do Banco Real e que, por fim perde a posição também para o Santander quando este adquire o Banespa em 2000.

Deve-se destacar contudo que os efeitos de tal inserção devem ser analisados mediante os vários contextos de crises apresentadas, haja vista que tal processo iniciou-se em 1997 com a compra do Bamerindus pelo HSBC e desde então se registrara a crise da Ásia e do sudeste asiático no mesmo ano, crise da Rússia em 1998, crise cambial brasileira em 1999 seguida de recuperação bem lenta, crise da Argentina em 2001 e por fim a crise de incertezas quanto ao rumo de nossa política vivenciada nas eleições para presidente em 2002 que fizeram com que os bancos adotassem medidas cautelosas quanto ao crédito e buscassem mais operações com títulos, especialmente públicos, com juros atraentes, prazos curtos e liquidez garantida pelo Bacen possibilitando lucros elevados durante o período haja vista o enquadramento da política macroeconômica com juros elevados como forma de atrair capital estrangeiro.

E, por último, a vigorosa reação dos bancos nacionais neste processo possível sobretudo por terem passado durante a crise de 1997-99 ilesos mediante ao investimento em títulos ofertados pelo governo, os quais possuíam uma hedge cambial, ou seja, títulos com correção cambial, no intuito de se manter inerte a política cambial, fato o qual teve uma reação por parte dos bancos, de investirem em tais títulos e em títulos públicos pós-fixados se precavendo de uma possível desvalorização cambial que viria a ocorrer em janeiro de 1999 onde puderam sair lucrando conseguindo com isso e se manterem hegemônicos no setor bancário brasileiro. A tabela a seguir nos mostra as F&As dos bancos privados nacionais dentro do processo de consolidação bancária no Brasil.

Tabela 2.6 F&As no Brasil realizadas por Bancos privados nacionais

| Ano | Adquirente | Instituição adquirida |
|------|---------------------------------|----------------------------|
| 2002 | Itaú | BBA Creditanstalt |
| | Itaú | Banco Fiat |
| | Bradesco | BEA |
| | Bradesco | Mercantil de SP |
| | Bradesco | Banco Ford |
| 2000 | Itaú | Banestado |
| | Bradesco | Boavista |
| | Unibanco | Bandeirantes/Credibanco |
| 1999 | Bradesco | Baneb |
| | Bradesco/BCN | Pontual |
| 1998 | Itaú | Bemge |
| | Bradesco | Pontual |
| 1997 | Itaú | Banerj |
| | Bradesco | BCN/ Credireal |
| | Bozano Simonsen | Meridional |
| | Banco de Crédito Nacional (BCN) | Credireal |
| | Unibanco | Fininvest (50%) |
| | Icatú | Fininvest (50%) |
| 1996 | BCN | Itamarati |
| | Cindam | Fonte |
| | Itaú | Banco Francês e Brasileiro |
| | Itamarati | Crefisul |
| | Excel | Econômico |
| 1995 | Unibanco | Nacional |
| | Pontual | Digibanco |

Fonte: Elaboração própria do autor

O fato das vendas do Sudameris ao ABN Amro e do BBV ao Bradesco no ano de 2003 dão conta que alguns bancos estrangeiros não conseguiram competir no varejo e decidiram vender seus ativos, isso mediante a turbulência do mercado financeiro na América Latina e a aversão global ao risco em 2002 o que provocaram uma retração da expansão dos bancos estrangeiros no continente.

A tabela a seguir nos diz como e em qual segmento se verifica tal inserção dos bancos estrangeiros em nosso sistema financeiro.

Tabela 2.7 Bancos com participação estrangeira no Brasil

| Tipo de Instituição | | jan/94 | jan/95 | jan/96 | jan/97 | jan/98 | jan/99 | jan/00 | jan/02 | 2002* |
|---------------------|--------------------------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| I | BCPN** com Controle Estrangeiro | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 2 | 4 | 4 |
| II | BCE*** - Filial no País | 19 | 17 | 17 | 17 | 16 | 16 | 15 | 11 | 9 |
| III | BCP**** com Participação Estrangeira | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | - | - | - |
| IV | BMN***** com Controle Estrangeiro | 18 | 20 | 20 | 23 | 29 | 42 | 50 | 55 | 53 |
| V | BMN com Participação Estrangeira | 30 | 28 | 29 | 26 | 23 | 21 | 12 | 13 | 10 |
| Total | | 70 | 68 | 69 | 69 | 71 | 82 | 79 | 83 | 76 |

Fonte: Banco Central *Elaboração:* Andrina Disponível em www.bcb.gov.br

Nota (*) dados até 4 de dezembro

** - Banco comercial privado nacional

*** - Banco comercial estrangeiro

**** - Banco comercial privado

***** - Banco múltiplo nacional

2.4 Acordo da Basileia

O Acordo da Basileia foi assinado em uma reunião do G-10 na Suíça onde se pretendia, vide os mercados financeiros cada vez mais globalizados, uma adequação dos mercados financeiros dos respectivos países que o assinaram aos padrões de liquidez e solvência internacionais. Estabelece também mecanismos e regras para se obter uma supervisão bancária eficaz.

Este também representou um importante marco no processo de consolidação bancária no Brasil quando de fato através da resolução 2.099 de 17 de agosto de 1994 este adere aos seus princípios quando assim o governo estipulou que a exigência de capital mínimo para os bancos, ponderado pelo risco de suas operações ativas, seria de 8% e depois este valor seria elevado a 10% e por fim a 11%.

Constituiu-se em um primeiro momento como uma medida de os bancos se adequarem às medidas e normas de supervisão e regulação bancária previstas em tal acordo da Basileia e o fato de para ser incluso no Proer o banco ter de obedecer a tais princípios constitui uma preocupação com a solidez do sistema bancário por parte do governo.

Com isso se verifica um período onde a supervisão bancária brasileira passa de um modelo de acompanhamento de índices bancários e prescrição de medidas para um modelo prudencial e centrado na administração do risco.

A tabela abaixo nos mostra o perfil conservador dos bancos brasileiros haja vista que a exigência de capital mínimo em relação ao risco de suas operações ativas supera, em grande maioria, os limites estipulados pelo Comitê da Basiléia.

Tabela 2.8 Índice da Basiléia

| | Jun/01 | Dez/01 |
|-------------|--------|--------|
| Bradesco | 13,3 | 15,2 |
| Itaú | 14,2 | 18,3 |
| Unibanco | 14,4 | 13,7 |
| Safra | 13,7 | 12,9 |
| ABN Amro | 21,5 | 16,8 |
| Bank Boston | 11 | 11,4 |
| Citibank | 11,7 | 12,7 |
| HSBC | 12,6 | 12,9 |
| Santander | 11,8 | 14,7 |
| Sudameris | 12,2 | 27,5 |

Fonte: Banco Central do Brasil.

Observa-se, por parte do Bacen, a adoção de algumas medidas dentre as quais podemos citar a título de exemplos: a imposição de restrições as Antecipações de Recursos Orçamentários junto aos estados, um maior controle sobre a emissão de precatórios, elaboração de critérios mais rígidos quanto à concessão de crédito reduzindo assim a exposição ao risco entre outras.

Ao longo dos anos em que se sucederam a adesão ao Acordo da Basiléia várias medidas de regulação prudencial foram feitas na tentativa de fornecimento de garantias, redução de conflitos de interesses, gestão do capital de terceiros, de estabelecer responsabilidades frente às demonstrações financeiras, entre outros objetivos tendo por fundamental a solidez e liquidez do sistema financeiro vide os padrões internacionais. A tabela a seguir nos mostra essas medidas através de resoluções e cartas circulares dentro do período de 1994-2002.

Tabela 2.9 Medidas adotadas no tocante a Regulação prudencial do sistema financeiro nacional (1994-2002)

| | |
|--------------------|-----------------------------------------------------------|
| Resolução 2.099/94 | Adoção do acordo da Basileia |
| Resolução 2.390/97 | Central de Risco de Crédito |
| Resolução 2.451/97 | Fundos de Investimento |
| Resolução 2.399/97 | Operações de swaps - Requerimentos de capital |
| Resolução 2.486/98 | Fundos de Investimento |
| Resolução 2.554/98 | Controles Internos |
| Resolução 2.645/99 | Qualificação dos administradores |
| Resolução 2.682/99 | Classificação das operações de crédito |
| Resolução 2.686/00 | Cessão de crédito |
| Resolução 2.692/00 | Risco de mercado de taxas de juros |
| Resolução 2.723/00 | Participações e consolidação de demonstrações financeiras |
| Resolução 2.743/00 | Participações e consolidação de demonstrações financeiras |
| Resolução 2.990/00 | Informações financeiras trimestrais (IFT) - Circular |
| Resolução 2.804/01 | Risco de Liquidez |
| Resolução 2.817/01 | Internet Banking |
| Resolução 2.837/01 | Capital Complementar |
| Resolução 2.844/01 | Diversificação de risco por cliente |
| Resolução 2.878/01 | Defesa dos direitos do cliente |
| Resolução 2.891/01 | Risco Cambial |
| Resolução 2.892/01 | Defesa dos direitos do cliente |
| Resolução 3.047/01 | Estatísticas Bancárias Internacionais (EBI) - Circular |
| Circular 3.068/01 | Critérios de contabilização - Marcação a mercado |
| Resolução 2.933/02 | Derivativos de crédito |
| Circular 3.082/02 | Critérios de contabilização - Marcação a mercado |
| Circular 3.106/02 | Derivativos de crédito |

Fonte: Banco Central do Brasil.

2.5 Avanços tecnológicos

A consolidação bancária no Brasil permitiu avanços tecnológicos tendo como base dois períodos.

O primeiro período onde se vivenciava no país a alta inflação o Brasil se caracterizava por uma eficiente tecnologia em referência as operações bancárias como por exemplo: compensação, transferências e depósitos.

“No passado recente vide a preocupação global em se tornar os sistemas financeiros mais seguros. o Brasil implementou o novo Sistema Brasileiro de pagamentos (SBP) o qual promoveu aos bancos um grande aporte em tecnologia da informação. forneceu maior

segurança e rapidez a transferências de meios de pagamentos, e por fim transferiu o risco do sistema financeiro do Bacen para o setor privado” (Paula, 2002).

Verifica-se também uma tecnologia empregada no que se refere à alta automatização e o lançamento de novos produtos bancários no sistema financeiro.

Em suma os elevados investimentos bancários registrados nos últimos anos se devem a implementação deste novo SBP em conjunto com as vantagens acima mencionadas, o que repercute na inserção definitiva do Brasil ao processo de globalização e modernização relacionado a padrões internacionais em sua área financeira.

3. Impactos da Consolidação Bancária no Brasil

A consolidação bancária no Brasil, tal como fora mencionado anteriormente se caracterizou num primeiro momento como uma consolidação como resposta à estruturas bancárias frágeis, visto o episódio das crises de liquidez de dois grandes bancos nacionais varejistas em 1995, já que se apresentou três programas dirigidos pelo governo (Proer, Proes, Proef) na tentativa da reestruturação do setor bancário até então debilitado e do afrouxamento referente as regras exigidas quanto a entrada de bancos estrangeiros no Brasil por parte do governo.

Já num segundo momento este processo foi sendo incorporado pelo mercado através da onda de F&As realizadas tanto por bancos estrangeiros quanto por bancos privados nacionais.

Esta consolidação fora resultante da expansão internacional de conglomerados financeiros em um ambiente macroeconômico instável e que, em crise, propiciou tal abertura.

A esta consolidação temos vários impactos associados ao sistema financeiro nacional em vários aspectos, dentre os quais se destacam: o grau de concentração bancária, os indicadores de eficiência, a dimensão do setor bancário, margem de intermediação financeira, padrões de rentabilidade, etc..

3.1 Grau de concentração bancária e dimensionamento do setor bancário

No tocante ao grau de concentração bancária, traçados os vários episódios acima referentes ao período 1994 – 2002, percebe-se que este aumenta e que o sistema financeiro desde então vem sofrendo profundas transformações.

Verifica-se o saneamento dos bancos estatais, novas exigências regulatórias no intuito de se garantir maior segurança e liquidez ao sistema financeiro, entre outras medidas.

A flexibilização das normas quanto aos bancos estrangeiros, a estabilidade monetária provocada pelo Real e as várias crises a que este sistema financeiro se defrontou montam o cenário em que tais medidas foram aplicadas tendo o sistema financeiro brasileiro cada vez mais seguindo as diretrizes e os padrões de liquidez internacionais.

“Num primeiro momento houve uma tendência a concentração, haja vista que alguns bancos não suportariam a mudança no enfoque de suas receitas de maneira tão rápida, as receitas inflacionárias no caso que se exauriram, e vieram a se retirar do sistema financeiro tornando o setor bancário mais concentrado. A partir de 1996 com o lançamento do Proes e a flexibilização quanto a entrada dos bancos estrangeiros se verifica um impulso a desconcentração, visto como uma nova tendência, porém como os bancos privados nacionais vigorosamente participaram de tal processo essa desconcentração bancária não foi muito ampla. A partir de 1997 tal movimento de concentração é mais evidente e se sustenta até os dias atuais” (Paula, 2002).

Analisando-se tais tendências apresentadas, temos que o indicador de concentração medido através do número de bancos sustenta que desde 1994 até 2003 estes vem diminuindo, o que demonstra que em termos absolutos, porém não em termos relativos (análise de dimensão do setor bancário) verifica-se uma certa concentração, entretanto com um conteúdo informativo restrito e pouco elaborado, se analisado de forma isolada, tal como será visto na tabela que segue.

Tabela 3.1.1 Número de bancos no Brasil

| Ano | Número |
|------|--------|
| 1994 | 246 |
| 1995 | 242 |
| 1996 | 231 |
| 1997 | 217 |
| 1998 | 203 |
| 1999 | 193 |
| 2000 | 192 |
| 2001 | 182 |
| 2002 | 167 |
| 2003 | 164 |

Fonte: Bacen (2003)

Essa concentração bancária vista pelo indicador acima citado, num contexto histórico seria o reflexo de um período de privatizações de bancos públicos, de saneamento a bancos com problemas de liquidez para posteriores privatizações e de abertura ao capital estrangeiro que se fez sentir com a entrada de bancos estrangeiros diante de tal processo de privatizações.

Outra medida que mede a concentração bancária neste período seriam as taxas de concentração mediante uma certa variável (ativos, crédito, depósitos e patrimônio líquido) de controle dos bancos dado vários segmentos do setor (3 maiores, 5 maiores, 10 maiores e 20 maiores) como será visto nas tabelas a seguir.

Tabela 3.1.2 A concentração em termos dos ativos (1994-2003)

| Ano | M3 | M5 | M10 | M20 |
|------|-------|-------|-------|-------|
| 1994 | 0,401 | 0,495 | 0,639 | 0,767 |
| 1995 | 0,409 | 0,521 | 0,657 | 0,772 |
| 1996 | 0,399 | 0,517 | 0,646 | 0,757 |
| 1997 | 0,386 | 0,529 | 0,651 | 0,785 |
| 1998 | 0,419 | 0,527 | 0,643 | 0,774 |
| 1999 | 0,412 | 0,522 | 0,636 | 0,775 |
| 2000 | 0,392 | 0,525 | 0,655 | 0,799 |
| 2001 | 0,351 | 0,481 | 0,639 | 0,792 |
| 2002 | 0,382 | 0,532 | 0,672 | 0,818 |
| 2003 | 0,473 | 0,596 | 0,745 | 0,883 |

Fonte: Troster (2003)

Tabela 3.1.3 Taxas de concentração do crédito 1994-2003

| Ano | M3 | M5 | M10 | M20 |
|------|-------|-------|-------|-------|
| 1994 | 0,516 | 0,597 | 0,738 | 0,827 |
| 1995 | 0,53 | 0,621 | 0,753 | 0,835 |
| 1996 | 0,485 | 0,591 | 0,71 | 0,803 |
| 1997 | 0,542 | 0,635 | 0,723 | 0,821 |
| 1998 | 0,594 | 0,679 | 0,763 | 0,846 |
| 1999 | 0,547 | 0,649 | 0,744 | 0,851 |
| 2000 | 0,503 | 0,616 | 0,731 | 0,848 |
| 2001 | 0,336 | 0,477 | 0,636 | 0,798 |
| 2002 | 0,354 | 0,485 | 0,655 | 0,8 |
| 2003 | 0,459 | 0,608 | 0,763 | 0,9 |

Fonte: Troster (2003)

Tabela 3.1.4 Taxa de concentração dos depósitos 1994 - 2003

| Ano | M3 | M5 | M10 | M20 |
|------|-------|-------|-------|-------|
| 1994 | 0,443 | 0,544 | 0,702 | 0,823 |
| 1995 | 0,496 | 0,604 | 0,737 | 0,829 |
| 1996 | 0,503 | 0,617 | 0,747 | 0,841 |
| 1997 | 0,486 | 0,604 | 0,733 | 0,831 |
| 1998 | 0,487 | 0,598 | 0,725 | 0,836 |
| 1999 | 0,52 | 0,631 | 0,745 | 0,853 |
| 2000 | 0,483 | 0,609 | 0,746 | 0,861 |
| 2001 | 0,474 | 0,597 | 0,751 | 0,872 |
| 2002 | 0,482 | 0,614 | 0,772 | 0,891 |
| 2003 | 0,521 | 0,639 | 0,8 | 0,926 |

Fonte: Troster (2003)

Tabela 3.1.5 Taxas de concentração do patrimônio líquido 1994-2003

| Ano | M3 | M5 | M10 | M20 |
|------|-------|-------|-------|-------|
| 1994 | 0,362 | 0,45 | 0,583 | 0,709 |
| 1995 | 0,297 | 0,431 | 0,575 | 0,687 |
| 1996 | 0,32 | 0,452 | 0,59 | 0,7 |
| 1997 | 0,31 | 0,465 | 0,605 | 0,721 |
| 1998 | 0,274 | 0,41 | 0,593 | 0,731 |
| 1999 | 0,274 | 0,386 | 0,559 | 0,692 |
| 2000 | 0,289 | 0,398 | 0,533 | 0,67 |
| 2001 | 0,251 | 0,362 | 0,538 | 0,698 |
| 2002 | 0,242 | 0,347 | 0,535 | 0,714 |
| 2003 | 0,369 | 0,507 | 0,686 | 0,846 |

Fonte: Troster (2003)

O fenômeno da concentração bancária, vide as diretrizes e condicionantes aplicados ao caso brasileiro da consolidação bancária fez com que mais e mais este setor tomasse forma de um setor oligopolizado.

Em suma, os bancos públicos reduzem sua participação em todos os níveis, a CEF e o BB perdem um pouco de sua importância relativa ao sistema como um todo e verifica-se uma dianteira apresentada pelos bancos privados nacionais seguidos dos bancos estrangeiros em relação às participações referentes aos três níveis apresentados no sistema financeiro apesar dos bancos privados apresentarem uma queda da participação em termos de depósitos que dura até 1999 de 38,8% para 31,82% porém demonstrando uma recuperação vivenciada até os dias atuais que em números de 2001 já se situava em termos de depósitos a 35,33% demonstrando portanto uma reação capaz de manter a hegemonia do setor frente à investida estrangeira.

Tais números mencionados acima retratam a dimensão que o setor bancário passa ao longo dos anos a se submeter diante de uma intensa concentração tanto ao nível de grandes instituições quanto ao nível de médias instituições (em sua maioria) o que se verifica pela intensa competição dentro do setor como pode ser visto nas tabelas a seguir.

Tabela 3.1.6 Participação percentual das instituições nos depósitos na área bancária

| Ano | BCE* | BPN** | Bpub*** | CEF**** | BB***** | CC***** | AB***** |
|------|-------|-------|---------|---------|---------|---------|---------|
| 1993 | 4,83 | 38,8 | 17,25 | 27,92 | 11,08 | 0,12 | 100 |
| 1994 | 4,58 | 39,35 | 16,45 | 24,35 | 15,11 | 0,16 | 100 |
| 1995 | 5,4 | 36,4 | 16,07 | 24,33 | 17,59 | 0,21 | 100 |
| 1996 | 4,36 | 34,06 | 18,66 | 26,58 | 16 | 0,34 | 100 |
| 1997 | 7,54 | 32,85 | 17,09 | 24,05 | 18 | 0,47 | 100 |
| 1998 | 15,14 | 33,08 | 13,26 | 20,52 | 17,41 | 0,59 | 100 |
| 1999 | 16,8 | 31,82 | 11,54 | 19,91 | 19,14 | 0,79 | 100 |
| 2000 | 21,14 | 33,93 | 7,36 | 19,49 | 17,05 | 1,03 | 100 |
| 2001 | 20,14 | 35,33 | 7,15 | 19,09 | 16,98 | 1,31 | 100 |

Fome: Bacen

* Bancos com controle estrangeiro

** Bancos privados nacionais

*** Bancos públicos

**** Caixa Econômica Federal

***** Banco do Brasil

***** Cooperativas de crédito

Tabela 3.1.7 Participação percentual das instituições nos ativos da área bancária

| Ano | BCE* | BPN** | Bpub*** | CEF**** | BB***** | CC***** | AB |
|------|-------|-------|---------|---------|---------|---------|-----|
| 1993 | 8,35 | 40,67 | 13,41 | 14,51 | 22,93 | 0,13 | 100 |
| 1994 | 7,16 | 41,21 | 18,17 | 14,98 | 18,28 | 0,2 | 100 |
| 1995 | 8,39 | 39,16 | 21,9 | 16,4 | 13,91 | 0,24 | 100 |
| 1996 | 9,79 | 39 | 21,92 | 16,47 | 12,52 | 0,3 | 100 |
| 1997 | 12,82 | 36,79 | 19,06 | 16,57 | 14,42 | 0,37 | 100 |
| 1998 | 18,38 | 35,29 | 11,37 | 17,02 | 17,44 | 0,5 | 100 |
| 1999 | 23,19 | 33,11 | 10,23 | 17,06 | 15,75 | 0,66 | 100 |
| 2000 | 27,41 | 35,23 | 5,62 | 15,35 | 15,63 | 0,76 | 100 |
| 2001 | 29,86 | 37,21 | 4,3 | 10,97 | 16,76 | 0,9 | 100 |

Fonte: Bacen

* Bancos com controle estrangeiro

** Bancos privados nacionais

*** Bancos públicos

**** Caixa Econômica Federal

***** Banco do Brasil

***** Cooperativas de crédito

Tabela 3.1.8 Participação percentual no patrimônio líquido da área bancária

| Ano | BCE* | BPN** | Bpub*** | CEF**** | BB***** | CC***** | AB |
|------|-------|-------|---------|---------|---------|---------|-----|
| 1993 | 7,28 | 48,23 | 15,02 | 4,04 | 24,93 | 0,5 | 100 |
| 1994 | 9,57 | 55,63 | 11,06 | 5,27 | 17,76 | 0,71 | 100 |
| 1995 | 13,08 | 49,21 | 12,41 | 12,04 | 11,82 | 1,44 | 100 |
| 1996 | 10,29 | 55,32 | 12,4 | 8,85 | 11,87 | 1,27 | 100 |
| 1997 | 14,29 | 51,82 | 11,49 | 9,09 | 11,76 | 1,55 | 100 |
| 1998 | 21,86 | 49,75 | 11,35 | 5,42 | 10,03 | 1,59 | 100 |
| 1999 | 25,46 | 46,69 | 11,1 | 5,22 | 9,73 | 1,8 | 100 |
| 2000 | 28,31 | 50,33 | 5,66 | 3,82 | 9,89 | 1,99 | 100 |
| 2001 | 30,72 | 51,14 | 3,46 | 3,9 | 8,76 | 2,02 | 100 |

Fonte: Bacen

* Bancos com controle estrangeiro

** Bancos privados nacionais

*** Bancos públicos

**** Caixa Econômica Federal

***** Banco do Brasil

***** Cooperativas de crédito

Analisando-se portanto a estrutura do mercado bancário brasileiro temos que os bancos estrangeiros em todos os níveis observados (depósitos, ativos e patrimônio) aumenta sua participação dentro do período.

Em 1993, estes bancos com controle estrangeiro detinham 4,83% dos depósitos, 8,35% do ativo e 7,28% do patrimônio ao passo que em 2001 eles alcançam um aumento de participação relativa substancial frente ao sistema financeiro nacional com 20,14% dos depósitos, 28,9% dos ativos e 30,72% do patrimônio vide tabelas 3.1.6, 3.1.7 e 3.1.8 já mencionadas (Bacen).

Tal fato associado à redução da participação relativa dos bancos públicos que no mesmo período no tocante aos depósitos cai de 17,25% para 7,15% e da CEF que reduz sua participação de 27,92% para 19,09% visto pelas tabela 3.16 acima (Bacen) montam um novo cenário imposto ao setor bancário no Brasil onde se verifica um direcionamento das instituições públicas onde estas perdem sua participação relativa no sistema financeiro nacional e faz com que o segmento privado nacional e estrangeiro cresçam no tocante ao poder de mercado nas diferentes áreas de atuação bancária (crédito, depósitos, ativos e patrimônio líquido) em que tais instituições públicas perdem espaço, porém com a ressalva de ainda deterem uma parcela significativa no sistema financeiro nacional.

Um outro aspecto interessante a se frisar mediante ao grau de concentração do setor bancário brasileiro e sua dimensão reside no fato de que dentre os 12 maiores conglomerados existentes no país os 4 primeiros são nacionais o que demonstra que ao setor bancário brasileiro se impõe uma supremacia nacional, supremacia esta possibilitada nos últimos anos devido ao fato dos bancos brasileiros terem reagido positivamente a entrada dos bancos estrangeiros participando ativamente do processo de fusões e aquisições nos últimos anos, em especial após 1997 quando, pelo fato de não sentirem a crise asiática e russa tornou-se possível engajar em tal processo de maneira significativa e abrangente. A tabela 3.1.9 a seguir nos mostra a relações dos 12 maiores conglomerados bancários existentes no Brasil.

TABELA 3.1.9 – Os doze maiores conglomerados bancários no Brasil

| Os doze maiores Conglomerados Bancário no Brasil (ativos totais) em 1999-2003 | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 |
|-----------------------------------------------------------------------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|
| BB | 16,95 | 16,87 | 15,4 | 16,11 | 17,79 |
| CEF | 16,88 | 15,68 | 10,83 | 11,49 | 12,36 |
| Bradesco+BCN+Credireal+baneb+Boavista + BBV +Finasa + Banco Cidade + Banco Mercantil SP | 12,93 | 13,19 | 14,3 | 13,68 | 15,01 |
| Itaú + Bemge + Banestado+ Banerj + Beg + Fiat + Bco Itaú holding | 9,93 | 9 | 9,61 | 9,87 | 10,77 |
| Santander + Banespa | 6,2 | 6,3 | 6,13 | 6,44 | 5,45 |
| Unibanco - Bandeirante + Credibanco + Dibens + Fininvest | 4,53 | 4,46 | 5,3 | 5,63 | 5,28 |
| Abn- amro Real + Bandepe + Banco da Paraíba | 3,1 | 3,8 | 3,6 | 4,38 | 4,32 |
| Safra | 2,1 | 2,53 | 2,81 | 2,16 | 2,59 |
| Nossa Caixa | 2,2 | 2 | 2,3 | 2,4 | 2,18 |
| HSBC | 2,63 | 2,8 | 2,95 | 2,06 | 2,1 |
| Bank Boston | 2,3 | 2,55 | 3,6 | 2,95 | 1,93 |
| Citibank | 1,29 | 2,4 | 1,97 | 2,76 | 1,83 |

Fonte: Banco Central

A partir de então se nota claramente a tendência a concentração com os conglomerados cada vez mais fortes, em sua maioria reforçando suas posições ano a ano, e montando um quadro hegemônico que gira em torno de 80%, como mostra a tabela acima, referente aos ativos totais no setor bancário.

Analisando-se o setor bancário em sua totalidade e isoladamente se fazendo o mesmo com o setor bancário privado, verifica-se que se torna mais evidente a concentração quando esta é confrontada somente ao nível do setor bancário privado, onde tal concentração se dá de maneira mais acentuada, que quando inserido os bancos públicos, vide a tabela 3.1.10 a seguir que nos retrata essa realidade do setor bancário brasileiro dentro do período 1994-2003.

TABELA 3.1.10 – Índice de concentração bancária segundo ativos totais

| Período | Índice de Concentração Bancária no setor bancário (ativos totais) | | | |
|---------|----------------------------------------------------------------------|-------|-------|-------|
| | M2 | M5 | M10 | M20 |
| 1994 | 33,43 | 52,29 | 62,45 | 75,11 |
| 1995 | 29,62 | 48,23 | 62,65 | 75,57 |
| 1996 | 27,55 | 47,78 | 59,83 | 71,29 |
| 1997 | 29,18 | 49,94 | 61,5 | 75,34 |
| 1998 | 32,06 | 48,37 | 61 | 74,26 |
| 1999 | 33,83 | 51,77 | 63,22 | 75,8 |
| 2000 | 32,56 | 50,17 | 63,82 | 76,62 |
| 2001 | 26,23 | 46,27 | 60,96 | 76,64 |
| 2002 | 27,6 | 48,54 | 62,96 | 78,5 |
| 2003 | 30,18 | 52,45 | 65,87 | 80,66 |

| Período | Índice de Concentração Bancária no setor bancário privado (ativos totais) | | | |
|---------|------------------------------------------------------------------------------|-------|-------|-------|
| | M2 | M5 | M10 | M20 |
| 1994 | 16 | 32,98 | 48,62 | 65,81 |
| 1995 | 20,65 | 36,83 | 51,38 | 67,45 |
| 1996 | 22,07 | 37,56 | 48,57 | 62,69 |
| 1997 | 23,15 | 37,25 | 50,92 | 67,59 |
| 1998 | 18,65 | 32,96 | 48,43 | 64,51 |
| 1999 | 21,06 | 35,5 | 49,37 | 66,09 |
| 2000 | 20,03 | 36,42 | 51,99 | 68,02 |
| 2001 | 20,07 | 36,26 | 53,02 | 72,12 |
| 2002 | 22,07 | 38,7 | 54,66 | 73,11 |
| 2003 | 24,98 | 41,38 | 56,76 | 74,72 |

Fonte: Banco Central

Como se vê a participação dos 2 maiores bancos segundo ativos totais (BB e CEF) perdem relativamente sua participação caindo de 33,48% para 30,18% enquanto que ao mesmo nível no segmento bancário há um aumento de 16% para 24,98% da participação referente aos ativos totais no que tange aos dois maiores bancos privados nacionais (Bradesco e Itaú). E mesmo ao passo dos 5 maiores verifica-se que aos bancos públicos se responsabiliza o pequeno aumento de aproximadamente 0,16% no índice de concentração ao longo do período, ao passo que se tratando isoladamente o setor bancário privado o aumento vai de 32,98% para 41,38%.

Em suma, em quaisquer que forem as variáveis confrontadas verifica-se ao longo do período que aos bancos privados nacionais se destina a maior fatia do mercado bancário fato este possibilitado em grande parte ao fato de possuírem uma boa escala de negócios ao nível do varejo perseguido ainda por bancos estrangeiros, mais notadamente, Santander, HSBC e ABN Amro.

Aos bancos públicos federais cabe assinalar a perda de participação percentual em relação aos ativos totais do setor bancário nacional na monta de, no caso do BB 22,93% para 16,76% e no caso da CEF de 14,51% para 10,97% como nos mostra a tabela 3.1.7.

3.2 Indicadores de eficiência e padrões de rentabilidade

O fenômeno da consolidação bancária no Brasil, motivado pela nova conjuntura apresentada a qual fez com que alguns bancos não suportassem a perda de receitas advindas da inflação, era visto pelo governo como uma forma de motivação imposta ao setor bancário nacional vide melhores índices de eficiência registrados por bancos estrangeiros em seus países de origem confrontados aos índices dos bancos brasileiros, sejam eles públicos ou privados.

“Visava-se portanto o aprimoramento da eficiência operacional aos bancos nacionais em geral o que traria melhores resultados no âmbito da intermediação financeira; com a maior competição no setor reduzir spreads e receitas serviços possibilitando taxas de juros menores na concessão de empréstimos; introdução de novas tecnologias de gerenciamento e inovações em termos de produtos e serviços” (Paula, 2002).

“O crédito bancário era uma das vertentes que sustentava tal abertura do setor bancário ao bancos estrangeiros pois acreditava-se que estes, em comparação aos bancos nacionais, estariam mais propensos a realizar operações de crédito por terem o acúmulo de experiência e técnicas nessa área em seus países de origem” (Peek e Rosengreen, 2000).

Tais bancos estrangeiros viriam a estabelecer uma concorrência potencial pressionando os bancos nacionais em termos de eficiência o que permitiria ao conjunto do setor bancário a expansão do crédito ao longo do período.

De fato aos bancos estrangeiros dentro do período se verifica um aumento no total das operações de crédito avançando sobre mercados de bancos públicos e privados nacionais como pode ser visto na tabela a seguir.

Tabela 3.2.1 Alteração da participação no mercado de crédito por tipo de instituição entre 1994 - 2000 (em %)

| Ano | 1994 | 2000 |
|-------------------------------------|------|------|
| Bancos públicos federais | 28 | 28 |
| Bancos públicos estaduais | 20 | 3 |
| Bancos privados nacionais | 37 | 32 |
| Bancos com participação estrangeira | 8 | 8 |
| Bancos com controle estrangeiro | 7 | 29 |

Fonte: Vasconcelos e Fucidji (2001) a partir de dados do Sisbacen

Segundo dados do J. P Morgan a participação do crédito em relação ao PIB nos Estados Unidos é de 160%, 143% no Japão e 130% nos países membros da União Européia, o que defronta ao nível brasileiro de 30% em média do PIB representado pelo crédito bancário. Ou seja, a estes não se atribuem aumento significativo no crédito ofertado a nível nacional se traduzindo em avanços no mercado de crédito sobre perdas neste segmento de bancos estaduais e privados nacionais.

“Os maiores motivos para tal quadro se apresentar é atribuído a conjuntura de juros altos e condições de financiamento da dívida com relação aos seus prazos de rolagem que fazem com que títulos públicos federais sejam muito atrativos do que o mercado de crédito o que faz com que os bancos se engajem em tais títulos como forma de valorizarem seus ativos e obterem assim melhores taxas de retorno com menor risco e também devido ao fato de mediante o acordo da Basileia o nível de adequação de capital mínimo (próprio) no Brasil ter aumentado de 8% para 11% no financiamento de operações o que desestimulou também a entrada dos bancos em tal segmento do crédito” (Soares, 2001, p.28).

Tabela 3.2.2 Participação de títulos e haveres mobiliários nos ativos operacionais (em%)

| Anos | 1994 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 |
|---------------------------|------|------|------|------|------|------|------|
| Bancos Públicos | 15 | 16 | 18 | 24 | 26 | 28 | 30 |
| Bancos privados nacionais | 18 | 12 | 14 | 15 | 24 | 29 | 28 |
| Bancos estrangeiros | 21 | 14 | 13 | 13,5 | 26,5 | 27,5 | 27,5 |

Fonte: Vasconcelos e Fucidji (2001) a partir de dados do Sisbacen

A conjuntura apresentada com tantos incentivos à aquisição de títulos públicos federais retrata um fato curioso, vide tabela abaixo, que em 2000 bancos públicos, além de obterem títulos públicos federais em sua carteira com poucas variações frente a bancos estrangeiros e privados nacionais como retratado na tabela acima, seriam ultrapassados em sua carteira de crédito nesse mesmo ano pelo segmento privado nacional tal como pode ser identificado na tabela 3.2.3 que se segue.

Tabela 3.2.3 Participação das operações de crédito nos ativos operacionais (em%)

| Anos | 1994 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 |
|---------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Bancos Públicos | 57 | 50 | 48 | 43 | 39 | 40 | 41 | 37 |
| Bancos Privados Nacionais | 50 | 37 | 35 | 34 | 35 | 36 | 37 | 39 |
| Bancos Estrangeiros | 32 | 27 | 22 | 27 | 28 | 29 | 28 | 28 |

Fonte: Vasconcelos e Fucidji (2001) a partir de dados do Sisbacen

Em suma, ao mercado de crédito não se nota alteração substancial da concessão do mesmo devido a fatores de conjuntura apresentados e de regulação bancária que o impedem de atingirem maiores impactos no que tange a economia brasileira.

3.2.1 Indicadores de eficiência e lucratividade dos bancos

Como indicadores de eficiência do setor bancário temos a rentabilidade patrimonial que mede a relação lucro líquido sobre o patrimônio líquido. Este indicador mede a capacidade da instituição em trazer retorno aos acionistas mediante sua linha de atuação administrando seus ativos e passivos.

No que tange aos três segmentos que agem sobre o sistema bancário (bancos públicos, privados nacionais e estrangeiros) temos que os bancos privados nacionais vem

registrando ao longo do período (1994-2000) a melhor taxa média de rentabilidade chegando ao final do período com rentabilidade mais alta que no início do período. Aos bancos estrangeiros verifica-se queda dessa rentabilidade de 1994 a 1997 quando esta começa a aumentar a partir de então e sobe até 2000 e, por fim aos bancos públicos que no início do período se situavam muito mal em relação a sua taxa de rentabilidade média esta cresce ao longo do período subindo até 2000. A partir de 2000 a tabela a seguir demonstra queda substancial da rentabilidade patrimonial no segmento público e estrangeiro, o que se deve aos resultados da CEF por ter elevado as provisões para créditos habitacionais e Santander pela aquisição do Banespa.

A esta tabela 3.2.4 se reproduz o quadro dos dezenove maiores bancos em atuação no Brasil elaborado por Vasconcelos e Fucidji com base em dados dos balanços dos bancos e de acordo com a sua classificação de risco da carteira de crédito (de AA a H) e, para tanto, a análise destes se estende em índices de rentabilidade patrimonial e sua evolução ao longo do tempo separando estes em três segmentos: bancos públicos, bancos privados nacionais e bancos estrangeiros.

Tabela 3.2.4 Evolução dos índices de rentabilidade patrimonial por estratos (em%)

| Anos | 1994 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 |
|---------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Bancos Públicos | -11 | -17 | 4 | 4 | 4 | 4 | 6 | -20 |
| Bancos privados nacionais | 6 | 5 | 8 | 4 | 7 | 4 | 6 | 9 |
| Bancos estrangeiros | 16 | 5 | 2 | -1 | 0 | 4 | 5 | -25 |

Fonte: Vasconcelos e Fucidji (2001) a partir de dados do Sisbacen

Quanto a lucratividade dos bancos tem-se dois indicadores de rentabilidade. Um se trata do lucro líquido mediante ao patrimônio líquido (ROE) e o outro seria o lucro líquido sobre os ativos (ROA)

TABELA 3.2.5 – LUCRATIVIDADE DOS BANCOS : LUCRO LÍQUIDO / PATRIMÔNIO (ROE)

| Lucro líquido / Patrimônio Líquido (ROE) | DATA | | | | | | | | | | VARIAÇÃO % de 98 – 02 |
|------------------------------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|----------|--------|--------|--------|-----------------------|
| | Jun/98 | Dez/98 | Jun/99 | Dez/99 | Jun/00 | Dez/00 | Jun/01 | Dez/01 | Jun/02 | Dez/02 | |
| Bancos Públicos Federais | | | | | | | | | | | |
| Banco do Brasil | 6,59% | 6,86% | 8,15% | 3,70% | 5,18% | 7,34% | 3,71% | 8,89% | 10,31% | 13,10% | 98,76% |
| Caixa Econômica Federal | 4,03% | 5,71% | 3,08% | 7,20% | 2,68% | 8,68% | -104,86% | -7,55% | 13,12% | 11,16% | 176,92% |
| Bancos Públicos Estaduais | | | | | | | | | | | |
| Banco Nossa Caixa | 4,24% | 7,88% | 6,10% | 5,99% | 5,04% | 12,39% | 10,59% | 13,02% | 13,44% | 7,43% | 75,23% |
| Bancos Privados Nacionais (P.N) | | | | | | | | | | | |
| Bradesco | 7,34% | 9,22% | 6,81% | 9,57% | 13,71% | 9,64% | 11,36% | 11,54% | 8,66% | 10,05% | 36,92% |
| taú | 8,58% | 17,15% | 17,11% | 13,14% | 10,64% | 14,18% | 16,97% | 15,03% | 9,03% | 11,67% | 36,01% |
| Safra | 8,63% | 7,19% | 12,82% | 6,98% | 12,84% | 10,16% | 9,77% | 12,53% | 8,86% | 12,69% | 47,04% |
| Bancos P.N com controle estrangeiro | | | | | | | | | | | |
| Santander Banespa | 6,24% | 2,84% | 4,17% | 0,96% | 4,27% | 5,00% | -151,67% | 15,84% | 21,06% | 25,01% | 300,80% |
| Abno – Amro Bank | 6,96% | -5,60% | 5,15% | 0,62% | 2,72% | 2,97% | 4,83% | 2,54% | 7,53% | 7,72% | 10,91% |
| HSBC | 4,92% | 6,15% | 18,10% | 6,85% | 10,56% | 6,37% | 8,93% | 9,18% | 10,44% | 5,97% | 21,34% |
| Bancos P.N com participação estrangeira | | | | | | | | | | | |
| Unibanco | 8,67% | 7,24% | 9,75% | 7,10% | 8,37% | 7,07% | 7,45% | 8,90% | 7,55% | 8,08% | -6,80% |
| BBA – Credistalt | 10,88% | 10,92% | 27,18% | 6,69% | 8,99% | 12,09% | 8,08% | 9,20% | 11,67% | - | - |

Fonte: Bacen

**TABELA 3.2.6 – LUCRATIVIDADES DOS BANCOS : LUCRO LÍQUIDOS/
ATIVOS TOTAIS (ROA)**

| Lucro líquido/ Ativo total | DATA | | | | | | | | | | VARIÇÃO % de 98 - 02 |
|------------------------------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|---------|--------|--------|--------|-------------------------|
| | Jun/98 | Dez/98 | Jun/99 | Dez/99 | Jun/00 | Dez/00 | Jun/01 | Dez/01 | Jun/02 | Dez/02 | |
| Bancos Públicos Federais | | | | | | | | | | | |
| Banco do Brasil | 0,32% | 0,35% | 0,41% | 0,21% | 0,27% | 0,42% | 0,21% | 0,47% | 0,48% | 0,59% | 84,37% |
| Caixa Econômica Federal | 0,17% | 0,18% | 0,09% | 0,23% | 0,09% | 0,21% | -4,59% | -0,29% | 0,49% | 0,40% | 135,29% |
| Bancos Públicos Estaduais | | | | | | | | | | | |
| Banco Nossa Caixa | 0,25% | 0,56% | 0,38% | 0,39% | 0,31% | 0,76% | 0,63% | 0,80% | 0,72% | 0,35% | 40,00% |
| Bancos Privados Nacionais (P.N) | | | | | | | | | | | |
| Bradesco | 0,70% | 0,97% | 0,67% | 0,92% | 1,24% | 0,94% | 1,12% | 1,19% | 0,81% | 0,91% | 30,00% |
| Itaú | 0,82% | 2,00% | 2,08% | 1,88% | 1,53% | 1,68% | 2,00% | 1,92% | 1,17% | 1,16% | 41,46% |
| Safra | 0,43% | 0,42% | 0,72% | 0,39% | 0,77% | 0,59% | 0,64% | 0,77% | 0,71% | 1,14% | 165,11% |
| Bancos P.N com controle estrangeiro | | | | | | | | | | | |
| Santander | 0,41% | 0,10% | 0,40% | 0,08% | 0,28% | 0,42% | -11,19% | 1,50% | 2,15% | 2,71% | 560,97% |
| Banespa | 0,60% | -1,76% | 0,71% | 0,11% | 0,40% | 0,49% | 0,81% | 0,40% | 1,07% | 1,22% | 103,33% |
| Abno – Amro Bank | 0,60% | -1,76% | 0,71% | 0,11% | 0,40% | 0,49% | 0,81% | 0,40% | 1,07% | 1,22% | 103,33% |
| HSBC | 0,38% | 0,43% | 1,32% | 0,48% | 0,73% | 0,47% | 0,54% | 0,57% | 0,62% | 0,33% | -13,15% |
| Bancos P.N com participação estrangeira | | | | | | | | | | | |
| Unibanco | 0,85% | 0,74% | 0,94% | 0,87% | 0,96% | 0,82% | 0,83% | 1,07% | 0,80% | 0,76% | -10,58% |
| BBA – Creditalt | 0,76% | 0,86% | 2,30% | 0,48% | 0,64% | 0,90% | 0,60% | 0,74% | 0,93% | - | - |

Fonte: Banco Central

As tabelas acima nos indicam portanto que ao segmento privado nacional o período de 1998- 2002 no que tange ao retorno sobre seus ativos e sobre seu patrimônio líquido uma variação acumulada desses retornos positiva para os bancos Bradesco, Safra e Itaú ao ponto que o Unibanco representa uma exceção a esta tendência apresentando uma variação acumulada negativa tanto no retorno sobre seus ativos quanto no retorno sobre o patrimônio.

Em comparação destes últimos aos bancos públicos federais e estaduais temos que apesar da variação acumulada deste segmento privado nacional obterem valores positivos expressivos verifica-se que uma rentabilidade maior acumulada no que tange aos retornos sobre seus ativos e sobre o patrimônio é verificada para os bancos públicos durante tal período. Mais uma vez têm-se uma exceção que no caso seria o Banco Safra no que tange ao retorno sobre seus ativos acumulados no período que superam os bancos públicos.

Aos bancos estrangeiros por fim temos que o Santander Banespa merece destaque por obter a maior variação acumulada dentre os bancos tanto no retorno sobre seus ativos 300,8% quanto no retorno sobre o patrimônio de 560,97%. Ao passo que ABN Amro e HSBC, no que tange ao retorno sobre seus ativos apresentam variações também positivas porém em menor destaque ficando atrás do segmento privado nacional e público federal e estadual, com a ressalva de se situarem à frente do Unibanco.

A estes mesmos (ABN Amro e HSBC) também se verifica quanto ao primeiro uma elevada rentabilidade acumulada no período quanto aos ativos na ordem de 103,33% melhor até do que o segmento privado nacional. Porém quanto ao segundo se apresenta uma rentabilidade inferior a do Unibanco no que tange o retorno sobre seus ativos apresentando uma variação acumulada de -13.15% contra -6.8% do Unibanco.

Em suma, quanto ao processo de consolidação bancária vivenciado dentro de tal período verifica-se que mesmo perdendo espaço diante do poder de mercado os bancos públicos se situam com os melhores indicadores de rentabilidade e lucratividade durante o período. Ao passo que em quase todos os segmentos a rentabilidade alcança resultados positivos, com evidências claras de que o setor bancário nacional se adaptou a conjuntura estabelecendo-se frente à investida estrangeira, onde bancos estrangeiros também apresentam indicadores de rentabilidade e lucratividade positivos, também no segmento privado nacional o qual se insere ativamente no processo de fusões e aquisições dentro do período analisado com indicadores de rentabilidade e lucratividade acumulados superiores aos bancos estrangeiros com exceção ao banco Santander.

3.3 Emprego e margem de intermediação financeira

“Com relação a intermediação financeira e ao emprego no setor bancário brasileiro verifica-se que quanto a margem de intermediação financeira esta tem sido maior nos bancos estrangeiros em comparação aos privados nacionais e bem menor no caso dos bancos públicos federais” (Paula, 2002, p.69)

A tabela a seguir enfatiza que, no total do segmento bancário esta participação apresenta maior oscilação no que tange aos bancos privados estrangeiros, e maior estabilidade em relação aos bancos privados nacionais e bancos públicos federais, porém neste último em valores inferiores aos bancos privados nacionais.

Tabela 3.3.1 Margem de intermediação financeira

| Semestre | BPN | BPE | BPF | Total |
|----------|------|------|------|-------|
| jun/98 | 2,58 | 3,11 | 1,13 | 1,78 |
| dez/98* | 2,62 | 2,83 | 0,91 | 1,97 |
| jun/99 | 2,32 | 4,94 | 0,24 | 2,29 |
| dez/99 | 2,67 | 3,47 | 1,64 | 2,47 |
| jun/00 | 2,55 | 2,28 | 1,46 | 2,15 |
| dez/00 | 2,28 | 0,58 | 1,35 | 1,8 |
| jun/01 | 2,16 | 3,21 | 0,14 | 1,67 |
| dez/01 | 2,89 | 3,39 | 1,32 | 2,35 |

Fonte: Paula (2002).

Uma conclusão a ser tirada da tabela no que diz respeito ao total do segmento bancário a luz da intermediação financeira é que esta não apresenta valores que permitam encarar uma tendência e sim não se nota portanto nem queda nem acréscimo nas margens de intermediação do sistema bancário ao longo do período em análise e sim períodos em que esta cresce (jun/98 a dez/99 e jun/01 a dez/01) contra períodos em que esta decresce (dez/99 a jun/01).

Já com relação aos empregos no setor bancário a tendência de queda já se mostra evidente ao longo do período como pode ser visto pela tabela a seguir.

Tabela 3.3.2 Emprego estimado no setor financeiro

| | 1994 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 |
|--------------|--------|---------|--------|--------|--------|
| Estoque | 624756 | 558691 | 497109 | 463229 | 420218 |
| Var absoluta | -34093 | -66065 | -61582 | -33780 | -43111 |
| Var relativa | -5,20% | -10,60% | -11% | -6,80% | -9,3% |

Fonte Dieese

“Tal fato da redução no estoque de empregos se verifica pela tabela com os anos de 1995 e 1996 sendo mais severos que os anos posteriores. Este quadro apresentado reflete o movimento da força de trabalho nos bancos, mais nos públicos que nos privados que já vinha ocorrendo desde o Plano Cruzado” (Paula, 1998, p.109).

A estes cortes se esperariam maior eficiência operacional e competitividade. São as causas principais dos cortes a introdução de novas tecnologias (automação bancária e comunicação) e o processo de fusões e aquisições que fez com que se evitasse a duplicidade nos postos de trabalho haja vista a concentração do setor em torno de alguns controladores tornando possível a obtenção de economias de escala e escopo.

“Tal corte nos empregos apresenta tendência a estabilidade com os anos de 99 representando em torno de 5% para o desemprego no setor bancário e ao ano de 2000 relativa estabilidade de 0.8%” (Dieese, 2001).

4. Conclusão

A consolidação bancária é um fenômeno que se manifesta a nível mundial e retrata muito bem o cenário atual dos sistemas financeiros ao redor do mundo (mercado mais globalizado e interdependente), com características gerais semelhantes em vários países tal como o aumento da concentração do setor bancário, redução do nível de emprego entre outros visto pelo aumento do market share dos grandes bancos nos países que passaram e ainda passam por tal fenômeno.

O que possibilita a inserção de tal fenômeno da consolidação bancária é, num contexto amplo, a liberalização financeira dos mercados financeiros proposta por Shaw e McKinnon que trouxe consigo taxas de juros voláteis e expansão do mercado de capitais ao passo que ao setor bancário, devido a pesada regulação incidente tal ajuste das taxas de juros não se deu de maneira imediata fazendo com que estes perdessem recursos dentro de suas atividades de captação de depósitos e concessão de empréstimos para o mercado de capitais.

Para tanto, aos bancos se impusera um reordenamento de suas atividades geradoras de receitas, haja vista a perda de recursos tradicionalmente destinados ao setor bancário terem sido perdidos em parcela significativa para o mercado de capitais, fenômeno este conhecido com desintermediação financeira.

A busca incessante por novas fontes de receitas, visto as margens de lucro em queda dos bancos nos países desenvolvidos propiciara portanto o fenômeno da consolidação bancária onde os bancos no intuito de ganharem eficiência e diante da maior competição começaram a reajustar sua estrutura patrimonial e de atuação com vistas ao melhor enquadramento diante desta nova conjuntura apresentada.

O que mais se releva diante destes elementos propulsores da consolidação bancária (desregulamentação financeira e avanços tecnológicos) é que a determinados países se atribuem especificidades que fazem com que o alcance da consolidação bancária seja diferenciado para cada país que se insere a esta.

Um exemplo disso seria o caso da União Europeia e a relutância por parte de países membros da Zona do Euro de permitirem a consolidação bancária entre fronteiras o que mostra que, tendo um descasamento entre foco da política monetária e alcance da consolidação bancária este pode apresentar fins alternativos, haja visto que aos Estados

Unidos a consolidação bancária se deu mais intensamente ao nível interno do que ao nível externo, visto de forma mais clara para os países europeus. Um exemplo disso é o Brasil com a presença marcante de bancos europeus e não tão marcante de bancos norte-americanos.

Ao nível de Brasil temos que propiciada a consolidação bancária, vide a implementação do Plano Real (estabilização da inflação) e crises bancárias da década de 90, esta com seus desdobramentos advindos da ineficiência verificada no setor por parte do governo e que, para tanto, três planos se sucederam (Proer, Proes e Proef), juntamente a flexibilização das normas para acesso de bancos estrangeiros, agiu-se no intuito de se prover melhor eficiência aos bancos, através da competição mais acirrada entre estes

Porém quadros específicos remontam a consolidação bancária no Brasil não fazendo que tal melhora de eficiência, encarada em boa parte por bancos estrangeiros terem em seus respectivos sistemas financeiros, maior eficiência e maior sofisticação no âmbito de inovações financeiras, tenha sido completamente atingida.

Isto porque o aspecto macroeconômico que cerca o país e sua política econômica permitira aos bancos ao longo do período fazerem ajustes patrimoniais onde com isso possibilitou a estes elevados lucros não permitindo maior incremento no âmbito da eficiência bancária.

Esta sim apresentou avanços porém não conseguiu atingir patamares internacionais. Um exemplo disso foi o pouco incremento do crédito bancário em relação ao PIB com a entrada de bancos estrangeiros ao longo do período, onde estes em seus países de origem apresentam índices bem mais elevados, apesar de neste segmento estes terem crescido em participação.

As aplicações em títulos públicos e haveres mobiliários no país representa ao mesmo tempo liquidez e rentabilidade, ao passo que desestimula portanto o incremento do crédito bancário haja vista o risco inerente desta operação (inadimplência).

Outro aspecto relevante que se verifica no âmbito da consolidação bancária no Brasil é a relativa oligopolização do setor, dentro do período, onde os 5 maiores bancos detêm em torno de 50% do poder de mercado o que faz com que a concorrência não apresente elementos tão significativos na busca de maior eficiência e rentabilidade.

Temos também a especificidade dos bancos no Brasil terem passados ilesos à crise asiática (1997) e russa (1998) por deterem ativos com hedge cambial e de juros o que possibilitou a estes elevados lucros e a isto se determina e proporciona o fato da vigorosa reação dos bancos privados nacionais à investida estrangeira registrada no Brasil.

Fato este que pode ser exemplificado pelo fato de os 4 maiores conglomerados bancários no Brasil serem de fato nacionais e ao crescimento a partir de tais anos destes bancos privados nacionais no cenário de fusões e aquisições no país competindo com bancos estrangeiros e conseguindo se situarem como hegemônicos no âmbito do poder de mercado no país.

Aos bancos públicos federais apesar de perderem participação relativa no sistema ainda detêm parcela significativa e retratam os dois maiores bancos nacionais. Aos recursos do Proef tal segmento fôra ajudado diante do contexto de consolidação bancária e formação de conglomerados internacionais trazendo ao Brasil um reflexo da tendência internacional.

Em suma, no Brasil especificidades se fizeram sentir ao fenômeno da consolidação bancária e para tanto o encaminhamento pode ser vislumbrado, vide a política econômica que o cerca, como indutor a uma relativa acomodação por parte dos bancos quanto a busca de eficiência, rentabilidade e lucratividade, haja vista que estes diante da atual conjuntura apresentam os maiores níveis de rentabilidade e lucratividade dentro do cenário brasileiro em seus vários setores da economia dentro do período em questão.

5. Referências Bibliográficas

BANCO CENTRAL DO BRASIL. “O Proer”. Disponível em < www.bcb.gov.br/?proer >. Acesso em: 12 set. de 2004.

CYSNE, R; COSTA, S.G.S (1996). “*Reflexos do Plano Real sobre o sistema bancário brasileiro*”. Ensaios Econômicos EPGE, n.279. Rio de Janeiro: EPGE/FGV.

DIEESE (2001). “*Igualdade de oportunidades para todos*”. Disponível em < www.cnbcut.com.br/osrostos.pdf > Acesso em 24 set de 2004.

HERMANN, J (2002) “O modelo de liberalização financeira dos anos 90: restatement ou auto-crítica?”. Disponível em < www.ie.ufrj.br/moedas/pdfs/o_modelo_de_liberalizacao_financeira.pdf > Acesso em: 27 ago. de 2004.

MARQUES, M.B.I. “*Causas e Conseqüência da Consolidação Bancária no Brasil*”, Niterói, 2002. 76 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Departamento de Economia, Universidade Federal Fluminense.

OREIRO, J.L.(2003). “*Preferência Pela Liquidez, Racionamento de Crédito e Concentração bancária – Uma nova teoria pós – keynesiana da firma bancária*”, Anais do 8º Encontro de Economia Política, Florianópolis.

PAULA, L.F.R (2002).”*Determinante e Impactos da Recente Entrada de Bancos Europeus no Brasil*”. FCE/UERJ, Rio de Janeiro.

_____(2002).”*Consolidação bancária: tendências recentes nos países desenvolvidos e na União Européia*”. Ensaios FEE, Porto Alegre, v 23, n. 2, p. 731-760, 2002.

PUGA, F.P. "*Sistema financeiro brasileiro: reestruturação recente, comparações internacionais e vulnerabilidade à crise cambial*". Disponível em < www.bndes.gov.br > Acesso em: 22 set. de 2004.

ROCHA, F. "*Evolução da Concentração bancária no Brasil: 1994 – 2000*". Disponível em < www.bcb.gov.br > Acesso em: 23 set. de 2004.

SOARES, R. P. "*Evolução do crédito de 1994 a 1999: uma explicação*". *Texto para Discussão IPEA*, nº 808. Brasília. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2001.

TROSTER, R. L. "Concentração bancária" Disponível em < http://www.febraban.org.br/Arquivo/Servicos/Imprensa/contribuicao_economia.asp > Acesso em: 23 set de 2004.

VASCONCELOS, M. R; FUCIDJI, J. R "Uma Avaliação dos Efeitos da Entrada de Bancos Estrangeiros no Setor Bancário Brasileiro". Disponível em < www.ufrgs.br/fce/rae/edicoes_anteriores/edicao39.htm > Acesso em: 16 set de 2004.